



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
Departamento de Ciências Ambientais
CURSO DE BACHARELADO EM GESTÃO E ANÁLISE AMBIENTAL
Rod. Washington Luís, Km. 235 – Cx. Postal. 676
CEP: 13565-905 – São Carlos – SP – Fone: (016) 3351-9776



MONOGRAFIA II

BEM VIVER E PROTAGONISMO COMUNITÁRIO: IMPORTÂNCIA DA REAFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA PARA RELAÇÕES RESPONSÁVEIS NAS COMUNIDADES DO VALE DO JARI, AMAPÁ

Aluna: Inaray Alexandra Macedo

Orientador: Prof. Dr. Frederico Yuri Hanai

Co-orientadora: Milena Sciascio Ghidini

SÃO CARLOS - SP

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS
CURSO DE BACHARELADO EM GESTÃO E ANÁLISE AMBIENTAL

**BEM VIVER E PROTAGONISMO COMUNITÁRIO: IMPORTÂNCIA DA REAFIRMAÇÃO
IDENTITÁRIA PARA RELAÇÕES RESPONSÁVEIS NAS COMUNIDADES DO VALE DO JARI,
AMAPÁ**

Nome da Aluna: Inaray Alexandra Macedo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Ambientais da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Gestão e Análise Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Frederico Yuri Hanai

Co-orientadora: Milena Sciascio Ghidini

SÃO CARLOS-SP
2025

**BEM VIVER E PROTAGONISMO COMUNITÁRIO: IMPORTÂNCIA DA REAFIRMAÇÃO
IDENTITÁRIA PARA RELAÇÕES RESPONSÁVEIS NAS COMUNIDADES DO VALE DO JARI,
AMAPÁ**

INARAY ALEXANDRA MACEDO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em **16 de Dezembro de 2025** ao Departamento de Ciências Ambientais da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Gestão e Análise Ambiental.

.....
Orientador: Prof. Dr. Frederico Yuri Hanai

Co-orientadora: Milena Sciascio Ghidini

AGRADECIMENTOS

Olhar para trás e pensar em toda a minha trajetória, na menininha sonhadora que eu era e que sempre gostou da natureza, me emociona. Me emociona pois mesmo com diversas circunstâncias e desafios, um dos seus muitos sonhos está se realizando. E ver todos os que fizeram parte dessa história torna tudo ainda mais significativo, pois sem o apoio de cada um eu não teria conseguido chegar onde cheguei.

Começo agradecendo primeiramente a Deus, pois sem ele nada seria possível e nenhum de nós estaríamos aqui. Ele certamente é minha força e coragem. Ver o reflexo do seu amor na natureza é o que torna tudo mais lindo pra mim! Meu desejo é poder ser uma boa profissional para cuidar da sua perfeita criação. Agradeço também à Nossa Senhora, que tanto me acalma e me dá clareza quando eu mais preciso, junto à todos os Santos que sempre peço intercessão!

À minha família, que me acompanha e me apoia desde quando eu comecei a falar que queria ser bióloga. Meu foco mudou um pouco, mas com muito orgulho digo que sou Gestora e Analista Ambiental, a profissão que eu escolhi e que me apresentou uma natureza que vai muito além de tudo o que aquela garotinha esperava. Eu conheci um universo complexo, mas com relações que se complementam de uma maneira incrível. Graças ao apoio de vocês eu consegui alcançar isso. Vocês que me aturaram e apoiaram em todos os dias que eu cheguei exausta e mal humorada pelo dia cansativo; todos os finais de semana que eu ficava no meu quarto estudando mesmo com todos vocês em casa; em todos os meus momentos felizes ou tristes, em conquistas ou perdas. Saibam que em muitos momentos eu não desisti, pois sabia que vocês estavam torcendo por mim! Então, muito obrigada por serem meu maior suporte!

Às minhas amigas e amigos. Primeiro aos que me acompanharam de pertinho nesse ambiente louco que chamam de faculdade. Vivemos tantos momentos especiais que eu ficaria horas escrevendo sobre eles, só pra nunca esquecer de como eles foram. O processo foi mais leve e feliz pois vocês estavam compartilhando dele, vivendo o mesmo que eu: momentos de surtos, choros, desespero, provas, trabalhos, corridas para pegar o ônibus; risadas, comidas boas (e até as estranhas do RU), conversas, abraços, olhares e palavras carinhosas e encorajadoras, aprendizados, emoções, festas, viagens técnicas e muitas primeiras vezes. Obrigada por escolherem ser meus amigos e viver essa fase comigo! Também, aos meus amigos que sempre me apoiaram por fora, com encontros difíceis de

marcar pela agenda apertada de todos, mas que sempre aconteciam e serviam como momentos de pausa em meio à loucura. Obrigada por permanecerem em minha vida mesmo com a distância!

Ao pessoal da Igreja que também são meus amigos e que sempre serviram como incentivo pra eu nunca deixar de ir na Igreja mesmo com a correria do dia a dia. Ir na Paróquia sempre foi como uma terapia pra mim, claro que pelo encontro próximo com Deus, mas também pelos momentos alegres em que eu podia focar em outra coisa que não fosse só me preocupar com minha própria vida. Obrigada por serem meu suspiro mais leve!

À minha nova família que chegou recentemente em minha vida graças aos planos de Deus, que cruzou minha história junto com a do meu novo companheiro de vida. Mesmo vocês estando presente somente agora no final do curso, vocês já fazem parte dessa trajetória e espero que façam parte de todos os momentos da minha vida a partir de agora. Obrigada por me acolherem tão bem! Ao meu parceiro de vida, você tem feito eu descobrir uma nova eu. Que bom poder estar finalizando uma etapa da minha vida ao seu lado, você tem sido muito paciente e eu sou muito grata por me acolher tão bem e me permitir ser eu, especialmente na minha montanha russa de emoções. Obrigada por ser meu refúgio!

Agradeço a todos os que cruzaram meu caminho e que se tornaram pessoas inspiradoras para mim. Ao pessoal do Lab 15 - conhecido como sala do SUSTENTA - meu muito obrigada por serem pessoas atenciosas, engraçadas, gentis e por me ensinarem tantas coisas. E a todos os professores que transmitiram seus conhecimentos da área ambiental com suas disciplinas enriquecedoras, proporcionando momentos únicos de aprendizagem.

Também, a todos os profissionais e professores que compõem o projeto Amazônia+10, que tanto contribuem para um mundo melhor. Um agradecimento especial a todas as pessoas que conheci nas comunidades e as que ajudaram nas expedições contribuindo com meus estudos; cada um de vocês fez eu viver uma experiência única, obter novos conhecimentos, novas percepções e a criar um carinho ainda maior pela nossa diversidade - vocês representam força e esperança para mim!

À professora Núbia. Minha eterna gratidão por me dar a oportunidade de ir duas vezes nas expedições, me acolhendo em seu lar, compartilhando seus conhecimentos, suas paixões e planos para ajudar as comunidades que tanto merecem nosso respeito e carinho. A senhora certamente é uma grande inspiração. Desejo que todos os seus propósitos e sonhos

para o Vale do Jari se transformem em realidade. Muito obrigada por me mostrar que quando fazemos com amor, as coisas realmente acontecem!

Ao Prof. Rodolfo. Eu não podia deixar de chamá-lo para compor a banca de avaliação, pois você também foi uma pessoa que me inspirou muito. Suas aulas sempre me despertavam uma ideia nova, uma perspectiva diferente, e eu sempre saia mais esperançosa, pois suas palavras sempre demonstravam esperança. Acho que por isso eu gostava tanto - em um mundo que nos mostram tantas coisas ruins, precisamos de mais pessoas como você que transmite esperança ao falar. Muito obrigada por me mostrar que é possível mantermos um olhar esperançoso sobre tudo!

À minha Co-Orientadora Milena. Mi, obrigada por aceitar essa caminha comigo e Fred, sua visão de mundo e orientações foram super importantes pra mim. Grata por me acompanhar de pertinho durante a escrita desse trabalho e por me socorrer sempre que eu surtava, sempre que precisei de uma luz, sempre que precisei conversar sobre algo que eu achava loucura. Obrigada por me ajudar a dar passos mais firmes!

Ao meu querido Orientador Prof. Frederico, sou tão grata a você! Primeiro, por aceitar a minha ideia de trabalhar com o tema do Bem Viver que nenhum de nós tínhamos conhecimento ainda, mas que creio que foi enriquecedor para novas percepções de vida de nós dois. Segundo, por me dar tantas oportunidades e por confiar tanto em mim, mesmo quando eu mesma tinha dúvidas sobre minhas escolhas, você sempre tinha algo a dizer, a me inspirar; e realizou um sonho meu de conhecer a Amazônia, algo que eu jamais imaginei fazer durante a graduação, me proporcionando momentos de aprendizados, de empatia, cheio de emoções e lembranças que carregarei pelo resto da minha vida e além. Sempre tão aberto, receptivo e atencioso, suas orientações foram muito importantes nesse processo, sou muito grata por você ter cruzado meu caminho!

Não costumo fazer isso comigo, mas pela ocasião especial acho que mereço. Então, termino agradecendo a mim mesma. Por nunca deixar de sonhar e por nunca desistir, mesmo quando tudo parecia desmoronar. Por acreditar que sempre podemos tirar o melhor da vida! Hoje, afirmo que meu Bem Viver é graças a Deus que me permite conviver com pessoas que compartilham da vida comigo! Então, a todos os que me fazem bem,

Meu muito obrigada!

Inaray

“Spes non confundit - A esperança não decepciona” (Rm 5:5)

RESUMO:

O Bem Viver se reflete em uma filosofia de vida sustentada em bases de solidariedade, reciprocidade e harmonia com a natureza, adquirindo significações que ajustam-se conforme o contexto social e ambiental. Este trabalho analisa o Bem Viver genuíno expresso pelas comunidades tradicionais São Francisco do Iratapuru, Santo Antônio da Cachoeira e São José, pertencentes ao Vale do Jari (AP), buscando compreender de que maneira esses significados e valores, que constituem seu modo de vida, contribuem para uma autovalorização identitária que promove a conservação socioambiental e a construção de relações mais responsáveis entre comunidades e agentes externos. Também, busca entender como o Bem Viver contribui para a continuidade de tradições e fortalece seus modos de viver, mesmo diante de ameaças externas e as relações dominadoras que colocam em risco sua integridade. A pesquisa possui uma abordagem qualitativa, utilizando a aplicação de entrevistas semiestruturadas, rodas de conversa e observação em campo, realizados em duas expedições científicas ao Vale do Jari, integrando o projeto Amazônia+10. Os dados foram analisados por meio da Análise de Conteúdo de Bardin (2007), resultando em três categorias principais: O Bem Viver das comunidades; Ameaças ao Bem Viver; Protagonismo comunitário. Cada uma das categorias possui suas subcategorias que auxiliam no entendimento das dimensões existentes, descritas de acordo com as respostas das entrevistas, complementadas pelas observações de campo e pelas discussões coletivas realizadas nas rodas de conversa. Os resultados demonstram uma forte interconexão entre categorias revelando um Bem Viver sustentado pelas atividades cotidianas das comunidades, pelas relações familiares e comunitárias e pela profunda ligação com o território, apesar dos desafios de falta de infraestrutura e ameaças externas que enfrentam e afetam, de certa forma, seu modo de vida. Ainda assim, as comunidades demonstram uma forma de organização que já reflete um protagonismo, mas que pode ser ainda mais fortalecido por meio da valorização de suas histórias e marcas territoriais que formam sua identidade, cultura, originalidade e pertencimento. Estes fatores criam uma reivindicação do espaço e de seus modos de vida, que criam uma identidade sociocultural enraizada e, conseqüentemente, quem não pertence àquele local passa a reconhecer que ele está ali como um visitante e que a comunidade tem direito de impor certas regras que são importantes e protegem seu modo de vida, refletindo em interações responsáveis. Como conclusão, o estudo configura-se em uma primeira devolutiva para as comunidades, no intuito de demonstrar que seus modos de vida importam e que elas são protagonistas de suas histórias, fortalecendo a autovalorização das próprias comunidades, ao mesmo tempo em que incentiva agentes externos a reconhecer e respeitar esses modos de vida, favorecendo relações mais responsáveis e contribuindo para a conservação da identidade sociocultural do Vale do Jari.

Palavras-chave: Identidade sociocultural; Pertencimento; Autovalorização; Sociobiodiversidade Amazônica.

ABSTRACT:

Buen Vivir is expressed as a life philosophy grounded in solidarity, reciprocity, and harmony with nature, assuming meanings that adapt to specific social and environmental contexts. This study examines the genuine expressions of *Buen Vivir* present in the traditional communities of São Francisco do Iratapuru, Santo Antônio da Cachoeira, and São José, located in the Vale do Jari (Amapá, Brazil). It seeks to understand how the meanings and values that constitute their ways of life contribute to identity-based self-affirmation, the promotion of socio-environmental conservation, and the construction of more responsible relationships between communities and external actors. The study also aims to explore how *Buen Vivir* supports the continuity of traditions and strengthens local ways of living, even in the face of external threats and dominant relations that jeopardize community integrity. The research adopts a qualitative approach, using semi-structured interviews, dialogue circles, and field observations conducted during two scientific expeditions to the Vale do Jari as part of the Amazônia+10 project. Data were analyzed using Bardin's Content Analysis (2007), resulting in three main categories: *Community Buen Vivir*; *Threats to Buen Vivir*; and *Community Protagonism*. Each category contains subcategories that elucidate the identified dimensions, described on the basis of interview responses and complemented by field observations and collective discussions held during the dialogue circles. The results reveal strong interconnections among the categories, highlighting a form of *Buen Vivir* sustained by everyday practices, family and community relations, and a profound attachment to the territory. This occurs despite significant challenges stemming from limited infrastructure and external pressures that affect, to varying degrees, their ways of life. Even so, the communities demonstrate forms of organization that already reflect local agency, which can be further strengthened through the valorization of their histories and territorial markers—elements that shape their identity, culture, originality, and sense of belonging. These factors reinforce the communities' claims to their territories and ways of living, shaping a deeply rooted sociocultural identity. Consequently, those who do not belong to these territories increasingly recognize themselves as visitors, acknowledging the community's right to define rules that safeguard their ways of life and promote responsible interactions. In conclusion, this study represents an initial form of knowledge returned to the communities, emphasizing that their ways of life matter and that they are protagonists of their own histories. It aims to strengthen community self-affirmation while encouraging external actors to recognize and respect these ways of life, fostering more responsible relationships and contributing to the preservation of the sociocultural identity of the Vale do Jari.

Keywords: Sociocultural identity; Sense of belonging; Self-affirmation; Amazonian sociobiodiversity

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	10
2 - OBJETIVOS.....	13
3 - REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
3.1 - BEM VIVER E MODOS DE VIDA.....	14
3.2 - PROTAGONISMO COMUNITÁRIO E REAFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA.....	16
3.3 - RELAÇÕES RESPONSÁVEIS E PRUDENTES ENTRE COMUNIDADES E AGENTES EXTERNOS	18
4 - METODOLOGIA.....	20
4.1 - ÁREA DE ESTUDO.....	20
4.2 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA OBTENÇÃO DE DADOS.....	28
4.2.1 - Coleta de dados.....	28
4.2.2 - Análise dos dados.....	36
5 - RESULTADOS.....	38
5.1 - O BEM VIVER DAS COMUNIDADES.....	39
Cotidiano Vivo.....	40
Tradição Viva.....	41
Convivência Viva.....	41
Terra como Casa Viva.....	42
O Essencial e o Desejável:.....	43
5.2 - AMEAÇAS AO BEM VIVER.....	44
Condições de Vida e Estrutura Comunitária.....	44
Relações Externas, Conflitos Sociais e Marcas no Território.....	45
Cuidar para Permanecer.....	46
5.3 - PROTAGONISMO COMUNITÁRIO.....	46
Educação e Cooperação.....	47
Mostras do Viver.....	48
Cuidar, Reunir, Decidir.....	49
5.4 - CONSIDERAÇÕES E DISCUSSÕES.....	49
6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	60

1 - INTRODUÇÃO

Atualmente tem-se um mundo marcado por crises socioambientais, induzidas pela colonialidade do ser, do poder e do saber, com a permanências de estruturas dominantes, de uma lógica de desenvolvimento que invalida outras formas de conhecimento e reprime culturas não dominantes que, ainda assim, insistem em se manterem resistentes a essas tentativas de apagamento de suas histórias e conhecimentos tradicionais (Maia; Farias, 2020), mesmo diante de diversas ameaças e pressões que sofrem. Esse cenário revela a urgência de repensar e criticar essas formas dominantes de pensar o ambiente e suas relações, de maneira a abrir espaço para resgatar narrativas e modos de vida, valorizando a diversidade cultural, a natureza e a vida em comunidade.

As comunidades tradicionais revelam um modo de viver que se contrapõe em muitos sentidos ao modelo dominante de desenvolvimento, mantendo uma lógica de vida que se baseia em princípios de solidariedade, reciprocidade e harmonia entre populações e com o ambiente, muito alinhado às noções do chamado Bem Viver. Essas práticas vêm inspirando cada vez mais as discussões do Bem Viver, como uma filosofia de vida que propõe a construção de uma nova forma de se reconhecer e de se estar no mundo (Acosta, 2019).

De acordo com a definição do Decreto 6.040 de 27 de fevereiro 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Brasil, 2007), em seu Art. 3º, inciso I, comunidades tradicionais podem ser definidas como :

Art. 3º Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por:
I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007).

Tendo em vista esse reconhecimento oficial, deve-se reconhecer, portanto, a grande diversidade de povos, suas origens, formas de vida, a maneira como essas pessoas manejam seus recursos, quais fatores constituem suas cosmovisões, ou seja, como subjetivamente entendem o mundo, com os seus saberes tradicionais valiosos, construídos com vivências e experiências, práticas conservadoras conscientes, crenças e expressões culturais (Gonçalves et. al., 2018). E, ainda, reconhecer todas as ameaças, dificuldades, fatores históricos, dos impactos das atividades produtivas e econômicas, e modelos dominantes que marginalizam essas formas de vida, e cria relações desrespeitosas, ameaçando suas maneiras de viver, seus valores, suas histórias, seu Bem Viver. Para tanto, o contato com essas comunidades devem

ser de maneira contrária a esse olhar marginalizado que as coloca como seres não desenvolvidos.

Neste contexto, o Vale do Jari, localizado na Amazônia brasileira na região fronteira entre os estados do Amapá e Pará, abriga uma rica sociobiodiversidade de comunidades que constituem um patrimônio rico de uma forma alternativa de se viver, composto por uma vasta sociobiodiversidade de comunidades tradicionais compostas por quilombolas, e extrativistas, que levam uma vida sustentada pelo agroextrativismo e mão de obra familiar, principalmente da castanha-do-Brasil, além de caça e pesca para autoconsumo, e algumas famílias que adotam práticas agrícolas (Rabelo, et. al., 2004).

Neste estudo, apesar de o Vale se estender por uma área muito maior entre os dois estados, as comunidades tradicionais envolvidas são: São Francisco do Iratapuru, Santo Antônio da Cachoeira e a São José, todas pertencentes ao Vale do Jari, da margem esquerda do rio Jari no estado do Amapá. A escolha se deu devido a contribuição que a pesquisa visa oferecer ao projeto de pesquisa da Iniciativa Amazônia+10, denominado “Caracterização socioambiental, diagnóstico da gestão territorial e análise do potencial de sustentabilidade na região do Vale do Guaporé, estado de Rondônia e do Vale do Jari, estado do Amapá: desafios para o desenvolvimento do turismo sustentável, gestão da água e educação ambiental”, que tem sido desenvolvido desde 2023 em parceria com o Instituto Federal do Amapá (IFAP), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). O referido projeto está aprovado com pelas Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) dos respectivos estados sedes das instituições parceiras e tem como principal objetivo a caracterização socioambiental para a compreensão de como as comunidades tradicionais, compostas de quilombolas e agroextrativistas, usam e gerem seus territórios, notadamente com relação ao turismo e à gestão da água.

Para o desenvolvimento do projeto, foram realizadas duas expedições científicas para coleta de dados de todos os trabalhos desenvolvidos por diversos pesquisadores, em que foram realizadas entrevistas, análises, rodas de conversas e oficinas com os comunitários, permitindo a vivência e compartilhamento de necessidades, desejos, modos de vida, incluindo desafios enfrentados com agentes externos, emergindo de forma explícita uma demanda das comunidades da necessidade de promover relações mais respeitadas, para que

quem chega de fora, seja visitante, turista, pesquisador ou algum agente, respeite seu modo de vida de maneira respeitosa nestes encontros interculturais.

Nesse sentido, surge a necessidade de pesquisar qual seria a melhor forma de promover essas relações mais respeitadas entre visitantes¹ e comunidades. Contudo, antes de propor qualquer processo de sensibilização externa ou ações de educação ambiental, reconhece-se a importância de um passo anterior: uma sensibilização da própria comunidade, isto é, das próprias pessoas que ali vivem e que recebem quem vem de fora.

Essa sensibilização não significa introduzir algo novo, mas sim, revelar e reforçar o que já existe. Como pesquisadores externos, reconhecemos que as comunidades já possuem um Bem Viver, em suas práticas cotidianas, nas dimensões que elas mesmas consideram essenciais, identificadas por um processo metodológico.

Ou seja, o papel da pesquisa é demonstrar a importância de consolidar um Bem Viver, entender e formalizar o que nunca deve se perder, na hipótese de que quando a comunidade se reconhece nesse Bem Viver, fortalece seu protagonismo e passa a orientar as condutas desejadas daqueles que chegam de fora, invertendo a lógica de adaptação: é o visitante que se molda à comunidade, e não o contrário.

Essa perspectiva se distancia de uma educação ontológica que tende a determinar as necessidades dos seres humanos, busca-se uma valorização epistemológica (Mignolo, 2011; Quijano, 2000), muito baseado na pedagogia libertadora de Paulo Freire, que busca a libertação da opressão, dando este espaço para que a comunidade molde todos os seus desejos no que de fato ela quer (Munsberg, 2019), definindo seus próprios caminhos baseado no seu Bem Viver.

Desse modo, assim como enfatiza Acosta (2019):

Com o Bem Viver, não se pretende negar o indivíduo, nem a diversidade dos indivíduos, muito menos a igualdade ou a liberdade. Pelo contrário. Trata-se de impulsionar uma vida em harmonia dos indivíduos em comunidade como parte da natureza (Acosta, 2019, p. 95).

Isto é, no intuito de romper pensamentos formalizados, estruturados pela sociedade moderna, científica, busca-se valorizar a diversidade local, não impondo uma única visão, mas instigando um olhar crítico de percepção da pluralidade de suas culturas, seus modos de vida, a inserção do contexto em que se está inserido.

¹ Com o termo “visitantes”, refere-se a todas as pessoas externas à comunidade, que vão até elas com diferentes objetivos, sejam eles turísticos, científicos, educativos, institucionais, dentre outros, passando um tempo no local ou de maneira pontual.

Como Acosta (2019) afirma: “O Bem Viver não é um simples conceito, é uma vivência”. Sendo uma vivência, quem de fato conhece quais ações, hábitos e tradições, que são importantes para expressar um Bem Viver e ter uma vida pautada em seus princípios de solidariedade, harmonia e reciprocidade entre pessoas e com o ambiente, é justamente quem vive no local, quem vive essa vida.

Nesse sentido, este estudo busca reconhecer e fortalecer esse saber vivencial, dando o devido valor às formas próprias das comunidades participantes de compreender e praticar cada vez mais o Bem Viver, demonstrando que o que elas já vivem e produzem carrega uma sabedoria fundamental, capaz de orientar relações mais equilibradas com o meio e com quem vem de fora. Trata-se, portanto, de um processo de devolutiva e de reafirmação identitária, que visa evidenciar o valor de seus modos de vida como forças motrizes capazes de gerar relações mais responsáveis e respeitosas.

2 - OBJETIVOS

Reconhecer e analisar os sentidos e expressões genuínas² atribuídos ao Bem Viver pelas comunidades tradicionais do Vale do Jari, compreendendo como esse entendimento fortalece a autovalorização de sua identidade sociocultural e, ao mesmo tempo, incentiva agentes externos a estabelecerem relações mais respeitosas e responsáveis com essas comunidades.

- Analisar como o Bem Viver contribui para a continuidade das tradições, a valorização dos saberes locais e a conservação socioambiental; fortalecendo os modos de vida, saberes e práticas das comunidades tradicionais do Vale do Jari.
- Identificar e discutir as ameaças externas e as relações de dominação que colocam em risco o modo de vida das comunidades, evidenciando os desafios enfrentados na defesa de seus territórios, tradições e do Bem Viver genuíno;
- Analisar o Bem Viver como base para o protagonismo comunitário e o fortalecimento identitário, evidenciando como suas práticas reforçam o sentimento de pertencimento e a autonomia das comunidades.

² Compreende-se por sentidos e expressões “genuínas”, toda e qualquer resposta que seja pertencente à pessoa/comunidade, sem nenhum envolvimento externo, buscando, neste sentido, o mínimo de interferência no processo de escuta e anotação das respostas.

3 - REFERENCIAL TEÓRICO

Este tópico tem como objetivo demonstrar teoricamente a importância de alguns conceitos relevantes para as posteriores discussões deste trabalho, buscando as suas integrações. Apesar de serem apresentados em sub-tópicos, os conteúdos abordados buscam demonstrar as inter-relações das temáticas e como viabilizam o embasamento dos resultados e discussões da pesquisa.

Os principais eixos de discussão são: Bem Viver e modos de vida; Protagonismo comunitário e reafirmação identitária; Relações responsáveis e prudentes entre comunidades e agentes externos.

3.1 - BEM VIVER E MODOS DE VIDA

O Bem Viver, uma ideia que é livre de preconceitos, abre espaço para as mais diversas formas de se viver e também para novas visões alternativas de vida, com um espírito que é transformador e mobilizador. O Bem Viver como proposta alternativa ao desenvolvimento, aposta na construção de relações que propiciam suficiência de produção, intercâmbio e cooperação, sustentadas em bases de solidariedade e reciprocidade, para um novo mundo recriado comunitariamente com bases nos direitos humanos e da natureza (Acosta, 2019).

Sua origem advém da América Latina, mais especificamente de povos que viviam na Cordilheira dos Andes, os Quechua e os Aymara, e que compartilhavam de uma mesma cosmovisão - maneira subjetiva de entender o mundo - em que consideravam a cordilheira viva, montanhas, vulcões, todos aparentados uns dos outros, reconhecendo a terra como a *Pachamama*, Mãe Terra, constituída pela vida das pessoas e de todos os outros seres que compartilham em comum esse mesmo ambiente (Krenak, 2020).

O termo se manifesta nas distintas línguas desses povos, sendo conhecido como *Sumak Kawsai* (Quechua) e *Suma Qamaña* (Aymara). E, como o conceito passou a florescer em novas culturas e línguas, foi ganhando outros nomes conforme seu contexto, como no Equador e Bolívia, expresso por *Buen Vivir* (Acosta, 2019), Bem Viver no Brasil e até mesmo nas línguas originárias dos povos indígenas, como os Guaranis que nomeiam de *Tekoá-Porã* (Werá, 2024).

Apesar de suas bases indígenas, é ainda um conceito em construção, suas significações ajustam-se no contexto social e ambiental, adquirindo vários sentidos, tanto no plano das ideias quanto no das práticas efetivas, com o comum pensamento de ser uma

reação e alternativa aos convencionais conceitos do desenvolvimento. Neste sentido, pode ser abordado em três planos, segundo Gudynas (2011):

No plano das idéias se encontram os questionamentos radicais às bases conceituais do desenvolvimento, especialmente sua ligação com a ideologia do progresso. De alguma maneira, essas críticas vão além do desenvolvimento e atingem outras questões essenciais, como as formas de entender-nos a nós mesmos como pessoas e a maneira como concebemos o mundo.

Um segundo plano se refere aos discursos e às legitimações dessas idéias. O Bem-Viver se distingue dos discursos que celebram o crescimento econômico ou o consumo material como indicadores de bem-estar. Também não louva a obsessão com a rentabilidade e o consumo. Suas referências à qualidade de vida passam por outros caminhos. Incluem tanto as pessoas como a Natureza. O Bem-Viver abre as portas a outras formas de falar, escrever ou pensar nosso mundo.

No terceiro plano se encontram as ações concretas. Podem ser projetos políticos de mudança, planos governamentais, códigos de leis e a busca de alternativas ao desenvolvimento convencional. Aqui se encontra um dos grandes desafios das idéias do Bem-Viver, no sentido que se convertam em estratégias e ações concretas, sem repetir as posturas convencionais tão criticadas. E, além disso, requer-se que sejam viáveis (Gudynas, 2011, p. 2).

Assim, considera-se que o presente estudo aborda o primeiro e segundo plano - com a possibilidade futura de fundamentar o terceiro plano - inspirando a relação que se busca pôr em prática entre o Bem Viver e a Educação Ambiental Crítica, ampliando perspectivas para propor instrumentos, experiências e procedimentos que embasam uma sensibilização sociocultural e ambiental, base para relações mais respeitadas entre visitantes e comunidades.

O Bem Viver é uma filosofia tecida de histórias, e diferente de qualquer outra filosofia pensada individualmente, é uma filosofia de vida pensada coletivamente, carregando histórias de vida, de pessoas, povos, resistências e conhecimentos (Kaká Werá - informação verbal)³. Então por si só, já carrega um valor comunitário, o que é considerado fundamental para se criar relações de respeito à essa pluralidade.

Ademais, ressalta-se que o Bem Viver também considera aspectos de boa educação, trabalho, bom alimento, água potável e quaisquer direitos dignos e necessários para uma vida de qualidade, que é de direito fundamental de todo ser humano; portanto, está intrinsecamente ligado a melhoria da qualidade de vida (Alcantara; Sampaio, 2017). A partir dessa consideração, também é necessário abranger todos os aspectos de desigualdades existentes, sendo que ainda há muitas comunidades que não possuem acesso a estes

³ Ideia dita por Kaká Werá em sua palestra na programação literária da FLUSP25 - Festa do Livro da USP (Universidade de São Paulo) – São Carlos.

direitos, e, apesar de terem sim um Bem Viver pautado em outras dimensões, sentem falta desses recursos, ainda mais por viverem em áreas de grande vulnerabilidade que afetam seus modos de vida.

Contudo, estes modos de vida são pautados no reconhecimento da centralidade da natureza (Belotti, 2014), trazendo um conhecimento tradicional associado que é riquíssimo, harmonizando “as necessidades da população à conservação da vida, diversidade biológica e equilíbrio de todos os sistemas de vida” (Alcantra; Sampaio, 2017, p. 248), carregando consigo críticas importantes ao capitalismo, colonialismo, neoliberalismo, e todos os pesos e fatores históricos que carregam consigo.

Portanto, compreender o modo de vida dessas comunidades ajuda a fortalecer o Bem Viver já presente em seu cotidiano, como base para seu protagonismo comunitário que auxilia no entendimento e enfrentamento dos desafios com agentes externos, como será aprofundado conforme a apresentação de outros conceitos e discussões.

3.2 - PROTAGONISMO COMUNITÁRIO E REAFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA

O conceito de territorialidade constitui um importante conceito a ser adotado para iniciar a questão de protagonismo, uma vez que o território se reflete em uma apropriação do espaço, seja concreto ou abstratamente, por um grupo social ou indivíduos, indo além do que apenas um mero espaço físico de concepções clássicas. Sendo assim, a dimensão de territorialidade torna-se fundamental uma vez que conta com essa dimensão de vivência, de relação, de afeto, de pertencimento que formam uma identidade com ritmos, histórias, memórias e projetos (Raffestin, 1993; Gonçalves; Almeida, 2020), constituindo-se como espaço identitário onde se materializam formas de vida e de resistência.

Outro importante aspecto nesse processo é a identidade, pois ela é formada a partir de um conhecimento e reconhecimento da própria história e dos valores culturais que moldam formas de organização. Como diz Hall (2006), a identidade:

“[...] preenche o espaço entre o ‘interior’ e o ‘exterior’ de que projetamos a ‘nós próprios’ nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os ‘parte de nós’, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, ‘sutura’) o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis” (Hall, 2006, p. 9-10).

A identidade cultural, portanto, se forma em um movimento duplo e recíproco entre o indivíduo e a cultura, reconhecendo que esses territórios guardam memórias, experiências e práticas comunitárias, o que pode-se relacionar diretamente com o Bem Viver, que, segundo Acosta (2019), implica, justamente, começar a recuperar saberes e valores dos povos.

Ainda, questionando toda a forma de autoritarismo, o protagonismo pode manifestar-se como expressão de um Bem Viver que segue seus princípios de reciprocidade, redistribuição, harmonia e solidariedade. Esses valores fortalecem o papel de cada sujeito como ator decisivo em quaisquer circunstâncias coletivas, reconhecendo a importância das decisões que emergem de dentro das próprias comunidades (Acosta, 2019).

Reconhecer-se parte de um território e ter uma identidade cultural clara, entende-se que são fatores importantes na busca por processo de reafirmação identitária sempre que necessário, especialmente quando ameaçados por interferências externas. Isso pode ser fortalecido por um protagonismo que segue um Bem Viver coletivo. Crê-se que este reconhecimento reafirma a existência e autonomia das comunidades, e traduz seu protagonismo em práticas de resistência que inverte a lógica de adaptação, sendo que quem chega de fora deve-se adaptar à realidade da comunidade, e não o contrário.

Concorda-se com Maturana e Rezepka (2003) quando escrevem que a identidade “não é uma propriedade fixa, mas um modo relacional de viver que se conserva no conviver”. Com isso, entende-se que a identidade é algo dinâmico, que se constrói e se modifica no decorrer do tempo, conforme fases em que se vive (Moriconi, 2014). Contudo, é importante ressaltar que a identidade não deve ser imposta por um agente externo, mas construída e expressa pelas próprias pessoas que a vivem, e é nesse sentido que o protagonismo torna-se essencial: ele fortalece a identidade local e permite que cada comunidade defina o que é importante para si e conduza caminhos de Bem Viver e convivência.

Ademais, é importante ter noção do que é uma comunidade, sendo crucial quando se fala de protagonismo comunitário. Uma comunidade é formada por pessoas com semelhanças em comum - pertencimento, inter-relação e cultura comum, porém, sua força se centraliza especialmente na força das relações comunitárias que mobilizam e dinamizam

ações. Entende-se assim, um ponto fundamental para o protagonismo comunitário (Catalán, 2019).

Dessa forma, o protagonismo se reflete em uma autonomia que configura uma resistência e continuidade nas ações que dão sentido à vida comunitária. Ademais, pode-se entender o protagonismo como uma forma de ação situada (Catalán, 2019) e que amplia um olhar crítico dentro do contexto que se está e frente à problemas externos (Maciel; Alves, 2015), colocando os agentes comunitários capazes de tomar decisões, conduzir processos e propor caminhos coletivos frente aos desafios que se apresentam, e não que outras pessoas façam este papel por eles.

3.3 - RELAÇÕES RESPONSÁVEIS E PRUDENTES ENTRE COMUNIDADES E AGENTES EXTERNOS

Abordar questões de responsabilidade social implica começar com uma análise crítica das implicações do desenvolvimento, visto como processo político e histórico de transformação econômica. Nessa perspectiva, o desenvolvimento é associado a constantes mudanças e profundas transformações de estruturas econômicas, políticas e sociais, na perspectiva de que soluções mais racionais são melhores e capazes de resolver os problemas das nações. Tal concepção lança luz a uma razão centrada na lógica e no pensamento científico, que desconfigura e deslegitima os conhecimentos tradicionais (Castro, *et. al.*, 2018).

Ainda, outras ideias entendem “o processo de desenvolvimento na perspectiva de que há o interesse da reprodução social de um grupo dominante [...]” (Castro, *et. al.*, 2018, p. 14), gerando transformações e até a destruição de grupos “não dominantes”, além da destruição do ambiente natural, envolvendo questões, inclusive, de racismo ambiental e a ideia de raça. Essa noção de colonialidade é evidenciada por meio desses processos opressores, que dominam e criam um sistema de privilégios, e, assim, grupos minoritários são discriminados, justificando essa desigualdade pelo racismo (Moutinho-da-Costa, 2011).

Pensando nessas questões das relações irresponsáveis, observa-se a questão do etnocentrismo criado, ou seja, a tendência de classificar outros povos a partir de uma tendência única de valores nascidos de um êxodo da Europa Ocidental, que classifica o “restante do mundo” (não Europa) com categorias binárias, como por exemplo primitivo-civilizado e tradicional-moderno, nessa “perspectiva de conhecimento,

evolucionista, binária e dualista, que se tornou mundialmente hegemônica” (Moutinho-da-Costa, 2011, p. 106).

E, assim, em resumo, o colonizador europeu tem seu espaço de dominação, marginalizando com diversas formas de racismo, como ressalta Moutinho-da-Costa (2011):

“[...] é útil esclarecer que existem várias formas e manifestações de racismo, desde o preconceito, que é apenas um julgamento que se faz antecipadamente, passando pela discriminação, que é a forma de tratamento desigual, pela segregação, que é a separação física de grupos baseada no racismo, pelo molestamento, que é a agressão física por motivos raciais, até o genocídio, assassinato em massa de grupos raciais ou étnicos” (Moutinho-da-Costa, 2011, p. 106).

Ainda assim, vê-se resistência pelos mais diversos movimentos sociais dos povos originários e tradicionais que passam a denunciar essa colonialidade de poder expressas no racismo, na expropriação de terra, desigualdade e a posição de vulnerabilidade e riscos que estão inseridos, que colocam em risco suas culturas (Moutinho-da-Costa, 2011).

Em contrapartida a essa dominação e cultura da colonialidade do ser, do poder e do saber, Antônio Nego Bispo dos Santos, comumente conhecido como Nego Bispo, em seu livro “A terra dá, a terra quer” (2023) diz que para contracolonizar é necessário enfraquecer as palavras do inimigo, e fortalecer as palavras que vão contra, como por exemplo, ao invés de “desenvolvimento”, diz-se que o certo é “envolvimento”, pois o desenvolvimento desconecta e o envolvimento permite compartilhamento; ao invés de “dinheiro” (ou troca), que seja dito “compartilhamento” (Santos, 2023).

Essas ideias fundamentam o que este trabalho propõe sobre relações responsáveis, embasados nas sementes da confluência, ou seja, a ideia de que confluir move-se para o compartilhamento, para o reconhecimento e para o respeito (Santos, 2023). O envolvimento pressupõe que haja confluência, engajamento comunitário, diálogo entre saberes e valorização da vida em todas as suas dimensões.

As pessoas que constituem este mundo são formadas por seus saberes, valores e culturas, que constituem os seus imaginários, suas práxis sociais e sua relação com a natureza (Leff, 2018). Para que haja confluência, há que se ter espaços interculturais para o envolvimento recíproco, que respeite adversidades, que amplie horizontes e dê lugar às diferenças (Weissmann, 2018). Assumindo que, para se ter relações responsáveis, implica não dar espaço para opressões, e sim fortalecer relações respeitadas pautadas pelo diálogo e

co-colaboração intercultural a partir do conhecimento do outro, pode refletir sobre a realidade e transformá-la.

Nesse processo, o protagonismo comunitário se apresenta como um eixo fundamental, pois as comunidades tradicionais devem ser sujeitos ativos na gestão dos seus territórios, principalmente quando se trata de receber pessoas, e esse posicionamento é importante para que suas vozes sejam ouvidas, para que qualquer pessoa que queira adentrar em seu ambiente, seja responsável e respeitoso, em um cenário que permita um:

[...] diálogo entre seres x saberes, não somente um diálogo acadêmico ou entre disciplinas, mas um encontro muitas vezes conflitante entre distintas visões de mundo, em diferentes culturas. E deste encontro deve surgir uma fertilidade do pensamento social, para repensar a própria condição humana em situações diferenciadas e territórios distintos. E a partir desse diálogo construir um cenário de tolerância, de abertura, de aprendizagem e, de diferentes épocas (Leff, 2018, p.51).

4 - METODOLOGIA

4.1 - ÁREA DE ESTUDO

O Vale do Jari está localizado na Amazônia legal brasileira, entre os estados do Amapá e Pará, como demonstra a Figura 1. Essa região é caracterizada principalmente pela presença do Rio Jari e suas paisagens naturais com a presença de extensas áreas de floresta amazônica, protegidas pela delimitação de Unidades de Conservação, principalmente, neste caso, a Reserva Extrativista do Rio Cajari e a Estação Ecológica do Jari, que desempenham um importante papel na conservação da biodiversidade e também do principal rio da região, o Jari e seus afluentes (Porto; Chelala; Andrade, 2008).

A região abriga uma rica sociobiodiversidade de comunidades tradicionais, compostas por ribeirinhos, quilombolas, extrativistas e até comunidades indígenas, que abrigam, juntas, uma importante memória sobre os processos históricos de ocupação do território (Porto; Chelala; Andrade, 2008).

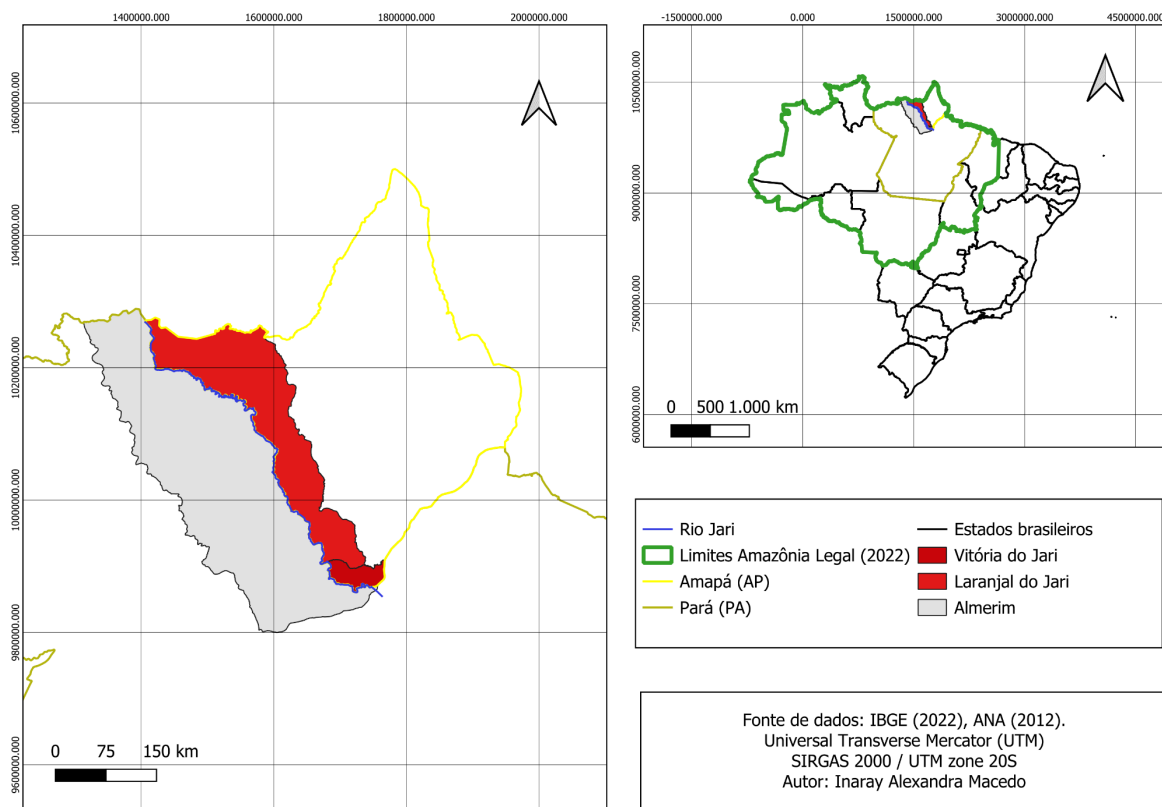


Figura 1 - Localização do Vale do Jari, na Amazônia Legal, estado do Amapá, Brasil. Fonte: autora (2025).

O Rio Jari tem sua nascente na Serra do Tumucumaque, localizada entre os estados do Pará e Amapá, e deságua no rio Amazonas, compondo assim, a bacia hidrográfica do Amazonas (Clareto, 2003). O Rio Jari certamente faz parte do pessoal de cada pessoa que mora em sua margem, sendo um verdadeiro integrador que carrega histórias e faz a comunicação entre seus habitantes, uma vez que é o principal meio de deslocamento e acesso às comunidades (Clareto, 2003), além de fazer parte do cotidiano, onde as pessoas pescam e tomam banho, por exemplo.



Figura 2: O Rio Jari. Fonte: autora (2024).

Caracterização geral das comunidades

No contexto deste estudo, as comunidades participantes são: São Francisco do Iratapuru, Santo Antônio da Cachoeira e a São José, escolhidas devido a integração com o Projeto Amazônia+10, que previamente as selecionou em razão da viabilidade mais facilitada de acesso, juntamente com a instituição anfitriã parceria (Instituto Federal do Amapá - IFAP) que viabiliza toda a organização e planejamento antecipadamente de acesso às comunidades.

A comunidade São Francisco do Iratapuru, como pode-se visualizar na Figura 3 (destacada na cor vermelha), é a comunidade mais distante da cidade de Laranjal do Jari, que é o principal ponto de partida das expedições deste trabalho, localizada antes da comunidade São José (indicada pela cor verde no mapa). Próxima à comunidade Santo Antônio da Cachoeira (destacada na cor amarela), fica a Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari, que possui uma grande influência nas três comunidades, tanto por impactos ambientais nos ecossistemas aquáticos e terrestres, como impactos sociais na qualidade de vida (Lopes, 2019).

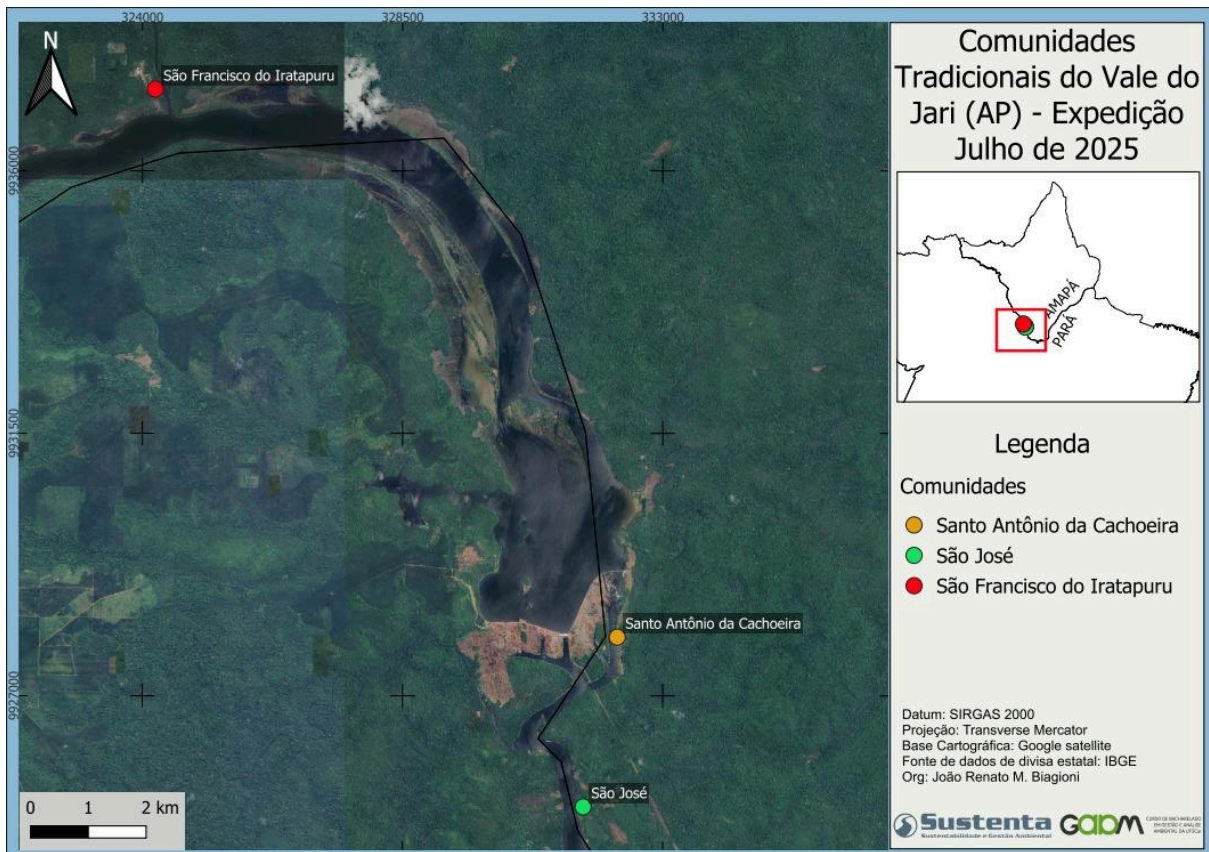


Figura 3 - Localização espacial das comunidades tradicionais estudadas. Fonte: João Renato Marcili Biagioni (2025).



Figura 4: Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari. (A) Vista superior da barragem, evidenciando a área de represamento e a parte alagada resultante da formação do reservatório. (B) Vista inferior lateral da estrutura da usina, com destaque para as instalações operacionais. Fonte: autora (2025).

A principal fonte de renda atual das três comunidades advém da extração da Castanha do Brasil (ou comumente conhecida como castanha do Pará, ou castanha da Amazônia), e possuem atividades como agricultura, pesca e caça para subsistência (Rabelo, 2004).

A Iratapuru possui ao todo, atualmente, 74 residências, sendo uma comunidade que passou por um processo de reassentamento como parte das medidas de compensação adotadas após a construção da barragem, que provocou a inundação da área original e o aumento do nível das águas do rio Iratapuru (afluente do rio Jari). Por esse motivo, a comunidade precisou ser realocada para uma área mais distante da margem, avançando em direção à floresta. A empresa compensou com novas casas, arruamento, rede de saneamento, iluminação, dentre outros, mas ainda assim, eles carecem de infraestrutura básica, pois não possuem água e nem energia de qualidade. A comunidade possui a cooperativa COMARU, uma importante identidade local por reunir vários produtores extrativistas, atuando com a coleta da castanha na área da Reserva de Desenvolvimento do Rio Iratapuru- RDSI, e realizando todo o processamento e beneficiamento da castanha, além de possibilitar a negociação por melhores preços e parceiros comerciais, como a Natura (COMARU, s. d.).



Figura 5: Comunidade São Francisco do Iratapuru. (A) Casas e arruamento. (B) Fachada do escritório e da fábrica da Cooperativa COMARU. Fonte: autora, 2025.



Figura 6: Comunidade São Francisco do Iratapuru. (A) Casas, arruamento, quadra de esportes. (B) Rio Iratapuru. Fonte: autora (2025).

A comunidade Santo Antônio possui, atualmente, 20 residências, e é a mais antiga, sendo fundada antes mesmo do município de Laranjal do Jari, porém também sofreu algumas mudanças em sua estrutura, tendo uma nova vila construída também pela empresa responsável pela barragem, com posto de saúde, a escola e um centro comunitário. Contudo, ainda assim, a comunidade carece de fornecimento de água de qualidade, tem altos custos para prover energia e não possui tratamento do esgoto. É a comunidade mais próxima da conhecida Cachoeira de Santo Antônio, pertencente ao Rio Jari, sendo um grande atrativo que cativa diversas pessoas a irem ao local (Lopes, 2019), além de ser uma prática incentivada comunitariamente pela comunidade por meio da Coop Cachoeira - Cooperativa de Turismo da Cachoeira de Santo Antônio de Laranjal do Jari, uma organização que reúne moradores da comunidade com foco no turismo comunitário.



Figura 7: Comunidade Santo Antônio da Cachoeira. (A) Vista geral da área central da comunidade e suas moradias (B) Capela da comunidade decorada para celebração religiosa local. Fonte: autora (2025).



Figura 8: Cachoeira de Santo Antônio da Cachoeira. Fonte: Dierlem Braga dos Santos (2025).

A comunidade São José possui 17 residências, sendo reconhecida como comunidade quilombola desde 2014, pela Fundação Palmares. Esse reconhecimento trouxe visibilidade e possibilidade de investimentos em algumas áreas, já que a comunidade carece de, por exemplo, posto de saúde, sistema de água e esgoto, e nenhuma escola, sendo que as

crianças precisam se deslocar para outras comunidades desde o 1º ano do ensino fundamental (Lopes, 2019).



Figura 9 – Comunidade São José, Vale do Jari (AP). (A) Vista panorâmica da comunidade às margens do rio Jari. (B) Sede da associação local e passarela de madeira utilizada pela população para o deslocamento cotidiano. Fonte: autora (2025).



Figura 10 – Comunidade São José, Vale do Jari (AP). (A) Vista das moradias e passarelas de madeira à beira do rio. (B) Entrada da comunidade com placa de identificação do Quilombo São José, representando a valorização de sua identidade étnica e territorial. Fonte: autora (2025).

A apresentação das três comunidades participantes desta pesquisa é fundamental para reconhecer o cenário em que o estudo se enquadra, no intuito de valorizar as

singularidades locais que são aprofundadas nas discussões, adotando uma importante contextualização para a valorização das suas especificidades socioculturais e ambientais.

4.2 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA OBTENÇÃO DE DADOS

A metodologia utilizada neste trabalho é a de natureza qualitativa, inspirada pelo método dialético que fornece espaço para interpretações dinâmicas, ou seja, permite a busca dos fatos considerando todo o cenário de envolvimento, sem abstração de influências e aspectos culturais, por exemplo, sem enfatizar apenas resultados qualitativos (Gil, 2008).

Ainda, a pesquisa tem caráter exploratório, já que tem a fase fundamental de se alicerçar em conhecimentos adquiridos por uma revisão bibliográfica que busca estabelecer um diálogo crítico e reflexivo, entre o que é teoria e o que é estudado, com caráter provisório já que o intuito principal é dar uma devolutiva às comunidades, vinculada a um problema real (Minayo, 2007).

Neste sentido, a primeira etapa consistiu em um levantamento bibliográfico que permite a compreensão acerca do tema (Gil, 2008), visando a compreensão das relações do Bem Viver, protagonismo, identidade, assim como outros conceitos relevantes já discutidos sobre as temáticas e aspectos envolvidos, obtidos pela leitura e estudos em referências relevantes (de livros, artigos, teses e dissertações), disponíveis em bases de dados científicas.

4.2.1 - Coleta de dados

Os dados foram adquiridos por meio de entrevistas semi-estruturadas, observação em campo e rodas de conversa realizadas com pessoas das comunidades, nas expedições de campo.

A demanda que motivou este estudo emergiu das próprias necessidades da comunidade, e seu desenvolvimento teve como propósito oferecer uma primeira devolutiva, compreendida não como encerramento, mas como parte de um ciclo contínuo de construção coletiva. Busca-se, assim, evidenciar a importância do protagonismo comunitário e fomentar a ampliação de processos futuros.

Dessa forma, o presente estudo configura-se como um diagnóstico inicial e uma reflexão preliminar, que subsidiam proposições posteriores mais efetivas. Nesta perspectiva, o conhecimento não é produzido sobre a comunidade, mas com ela, em diálogo constante e

em movimento de aprendizagem mútua, com o compromisso emancipador e ações reflexivas, articulando a teoria e a prática.

As expedições científicas de campo

A viabilização da coleta de dados em campo foi organizada pelos envolvidos no referido Projeto de Pesquisa do Programa Iniciativa Amazônia+10, minuciosamente planejada pela geógrafa e Prof. Dra. Núbia Caramello do Instituto Federal do Amapá (IFAP), campus Laranjal do Jari, estado do Amapá, que desenvolve vários trabalhos nas comunidades, portanto possuindo grande proximidade e conhecimento, sendo uma facilitadora dos contatos e confiança das pessoas das comunidades que possuem interesse em compartilhar seus saberes e perspectivas.

A primeira expedição de campo ocorreu entre os dias 29 e 31 de Outubro de 2024, quando foram aplicadas entrevistas com perguntas planejadas e também propiciou uma imersão nas comunidades, experienciando sobre banhos no rio, culinárias locais, conhecimento da cooperativa COMARU, a ida à cachoeira e até dormir na rede, o que certamente contribuiu para vivência de campo, fortalecidas pela observação de outras atividades que aconteciam paralelamente, especialmente uma oficina com o tema sobre o turismo comunitário, e uma atividade de cartografia social, conduzidas por outros membros do projeto Amazônia+10.



Figura 11 – Dia 1 da primeira expedição, na comunidade São Francisco do Iratapuru. (A) Deslocamento fluvial (B) Chegada à comunidade (C) Registro de parte da equipe (D) Palestra sobre bacias hidrográficas com o Prof. Jeferson (E) Foto final após atividades noturnas com a comunidade (F) Visita na fábrica da COMARU. Fonte: autora (2025).



Figura 12 – Dia 2 da primeira expedição, na comunidade Santo Antônio da Cachoeira (A) Alguns integrantes da expedição em visita à cachoeira (B) Travessia coletiva da cachoeira para volta à comunidade (C) Conversa com os participantes nas atividades noturnas (D) Crianças desenhando enquanto os adultos faziam um Mapeamento participativo (E) Comida servida após as atividades da noite (F) Equipe no café da manhã no dia seguinte. Fonte: autora (2025).



Figura 13 – Dia 3 da primeira expedição, na comunidade São José (A) Entrevista com moradora local para um documentário (B) Uma das fases de preparação da mandioca para fazer a farinha (C) Oficina sobre turismo (D) Dinâmica participativa de socialização de percepções ambientais (E) Registro coletivo dos participantes (F) Deslocamento fluvial de volta à Laranjal do Jari. Fonte: autora (2025).

A segunda expedição ocorreu entre os dias 18, 19 e 20 de Julho de 2025, quando outras entrevistas foram aplicadas e também realizadas as rodas de conversa, bem como a observação de campo. Nesta expedição a campo, a experiência partiu de diálogo direto com os moradores, tanto pelas entrevistas, como as rodas de conversa realizadas nas comunidades de São Francisco do Iratapuru e de Santo Antônio da Cachoeira, assim como pela observação das atividades realizadas na comunidade no Quilombo São José. Nessas formas de diálogo, ficou evidente o desejo comum das três comunidades em terem maior visibilidade, serem reconhecidos e respeitados pelos seus modos de vida, desejos, assim como diversos desafios foram pronunciados no enfrentamento do contato com pessoas externas, com diversas contribuições e depoimentos inspiradores para este estudo.



Figura 14 – Dia 1 (manhã) da segunda expedição, na comunidade Santo Antônio da Cachoeira (A) Pesquisadores sendo recepcionados (B) Café da manhã preparado pela Dona Maria (C) Artesanatos locais (D) Roda de conversa com alguns membros da comunidade (E) Pesquisadores de São Paulo (F) Pesquisadores fazendo a trilha que dá acesso à parte alagada pela barragem para continuar a expedição. Fonte: autora (2025).



Figura 15 – Dia 1 (tarde/noite) e 2 (manhã) da segunda expedição, na comunidade São Francisco do Itatapuru (A) Pesquisadores sendo recepcionados pelo representante da COMARU (B) Aplicação de entrevistas com moradores (C) Apresentação introdutória para a roda de conversa (D) Entrega dos certificados e fotos coletiva pós oficinas e roda de conversa (E) Alguns pesquisadores reunidos (F) Deslocamento fluvial. Fonte: autora (2025); Diego Belo (2025).



Figura 16 – Dia 2 (tarde/noite) e 3 (manhã) da segunda expedição, na comunidade São José (A) Crianças soltando pipa (B) Apresentação da prof. Núbia com o retorno de alguns dados coletados por ela (C) Foto com Dona Antônia, matriarca da comunidade (D) Foto coletiva pós atividade noturna (E) Alguns pesquisadores tomando banho de rio (F) Café da manhã com pão de castanha. Fonte: autora (2025); Dierlem Braga dos Santos (2025).

Aplicação de Entrevistas

A aplicação das entrevistas semi-estruturadas foi feita nas duas expedições, contudo, com perguntas diferentes em cada uma delas. A Tabela 1 apresenta as perguntas utilizadas em cada expedição, bem como demonstra a separação por eixo temático, que formam categorias de análise.

É importante evidenciar que no eixo de perguntas sobre o Bem Viver, foram aplicadas perguntas sobre o assunto nas duas expedições de campo, porém com abordagens diferentes: na primeira expedição a campo, a abordagem teve caráter mais sensível e pessoal, com elementos cotidianos; e na segunda expedição, a abordagem foi mais abrangente. Em ambas expedições, as perguntas tiveram que ser adaptadas com uma linguagem apropriada para a compreensão das pessoas entrevistadas.

Com o eixo temático com perguntas sobre ameaças ao Bem Viver, inclui-se perguntas que demonstram quais aspectos, quais impactos, estão acontecendo e que ameaçam de alguma forma o Bem Viver que eles possuem. Por fim, com o eixo temático de Protagonismo Comunitário, foram selecionadas perguntas que demonstram, de certa forma, como as comunidades se organizam, o que reconhecem ser importante, como tomam decisões e o

que querem ou não mostrarem para quem chega de fora, buscando demonstrar o papel que elas já possuem e a importância de buscar fortalecer isso. As perguntas destes dois eixos foram feitas para a pesquisa dos outros dois pesquisadores que compartilharam os momentos da segunda expedição, porém, com os resultados obtidos viu-se a oportunidade de interpretar os dados com o enfoque para este estudo também.

Expedição 1
Bem Viver
O que você faz no seu dia-a-dia e que te deixa feliz, que te dê prazer em viver? (hábitos, atividades, elementos, tradições)
O que você considera essencial para alcançar uma vida satisfatória, com significado?
Como você se sente em relação ao lugar em que você vive? (Gosta de estar aqui, gosta de estar em comunidade, gosta das tradições?)
O relacionamento que você tem com a sua comunidade, família e amigos, é importante para você? a) Não b) Sim. Porquê?
Você se sente conectado com o ambiente e com as tradições locais? a) Sim b) Não. Se não, porque não?
Quais são as suas relações com a natureza, com os animais, as árvores (ambiente como um todo)?
Você acha que falta alguma coisa para você viver bem? a) Não b) Sim. Se Sim, o quê?
Expedição 2
Bem Viver
Para você, o que é ter um Bem Viver aqui na comunidade, nesse território? Existem tradições ou saberes que ajudam a Bem Viver aqui? Quais? (Quais são as percepções e os significados atribuídos pelas comunidades sobre o Bem viver?)
Há algo que você acha que é importante para manter a vida em harmonia com a natureza e com as pessoas? O que? (Quais são os valores associados ao conceito do bem viver?)
Quais ações existem para a conservação da biodiversidade? Quais conhecimentos contribuem para a conservação da biodiversidade? Quais práticas são adotadas de conservação ambiental e respeito à natureza?
Quais atitudes existem para a convivência harmoniosa com o ambiente? Quais relações com o meio ambiente são importantes? Quais estratégias podem ser aplicadas para melhoria das condições de vida locais e para o Bem viver? Como melhorar o bem-estar das pessoas?

Como estão as condições socioambientais existentes (qualidade de vida, atividades)? O que seria necessário para atender às principais demandas da comunidade hoje?
Ameaças ao Bem Viver:
Quais ações são as mais relevantes para o Bem viver na comunidade? O que tem dificultado ou ameaçado o modo de viver de vocês?
Existem situações de pressões e ameaças? Quais são? Existem agentes externos que geram conflitos por aqui? quem são eles e quais os impactos?
Quais são os principais problemas ambientais e sociais existentes? Recentemente aconteceu alguma coisa ruim (problemas ambientais)?
Quais são os atuais desafios a serem enfrentados? Quais os principais desafios da comunidade hoje?
Protagonismo Comunitário
Quais ações ajudam a formar as pessoas a agirem de forma coletiva e com responsabilidade consigo próprio, com os outros e com o ambiente? (Quais estratégias podem promover o protagonismo comunitário e incentivar as interações socialmente responsáveis?)
Quais propostas podem colaborar para gerar atitudes transformadoras, compartilhamento de conhecimentos, relações de respeito e iniciativas de ações comunitárias?
Há algo que gostariam de mostrar? E algo que prefeririam manter só entre vocês? Quais cuidados devem ser tomados para desenvolver o turismo?
Como vocês tomam decisões importantes aqui na comunidade? Existem grupos, associações, coletivos, lideranças? Como eles atuam? Vocês já se organizaram para fazer algo juntos, como festas, mutirões, lutas por direitos, ou mesmo atividades para gerar renda?

Tabela 1: Roteiro de perguntas utilizadas nas expedições para coleta de dados nas comunidades do Vale do Jari.
Fonte: autora (2025).

Ainda, com caráter qualitativo, a pesquisa não buscou quantidade de respostas, já que objetiva-se qualidade e significados diversos. Contudo, procurou-se um quadro amostral que pudesse ter pelo menos um representante por família, de maneira a atingir 100% das comunidades, com base no número de residências de cada uma delas. Portanto, o número de amostras varia conforme o tamanho da comunidade. A comunidade Iratapuru possui 74 residências, a Santo Antônio possui 20, e a São José possui 17. O fato das residências que não foram contempladas com entrevistas deve-se à situação de não haver moradores no momento de sua aplicação.

Rodas de Conversa e Observação de campo

Durante a segunda expedição a campo, foram realizadas rodas de conversa nas comunidades, sendo o momento intitulado “Turismo, modos de viver, relações responsáveis: reconhecimento e valorização de práticas locais”. Essa atividade integrou os eixos temáticos desta pesquisa e também de outros temas de estudos, cujos pesquisadores estavam presentes para compartilhar e conduzir junto o momento, e coletar dados para suas respectivas pesquisas.

As rodas de conversa foram realizadas nas comunidades de São Francisco do Itatapuru e de Santo Antônio da Cachoeira. Por questões de tempo e logística, esse momento não pôde ocorrer na comunidade de São José; no entanto, dados semelhantes foram possíveis de serem coletados, por meio de anotações realizadas no acompanhamento das oficinas que foram desenvolvidas e aplicadas pela professora Núbia Caramello, que trabalhou com eixos de discussões convergentes desta pesquisa.

Ademais, em todos os campos e em todas as comunidades visitadas, foi realizada a observação de campo simples, que muito contribui para entender muito do que as pessoas dizem, somadas às experiências de sentidos exploradas na prova da culinária, na experiência de dormir na rede, no tomar banho de rio, no contemplar a mata, a paisagem e alguns animais.

4.2.2 - Análise dos dados

A análise dos dados foi feita pela análise de conteúdo de Bardin (1977), que é uma metodologia que permite a combinação de informações objetivas com subjetivas, pela interpretação e revelação de significados ocultos, para garantir uma análise aprofundada por meio de três etapas: a pré-análise; a exploração do material; e o tratamento dos resultados.

1. Pré-análise

Consiste na organização de todos os dados obtidos, sistematizando as ideias iniciais, neste caso, a transcrição das entrevistas de ambas as expedições, a formulação de hipóteses e objetivos, e a de indicadores que orientaram a exploração dos dados para a fundamentação da interpretação final (Bardin, 1977).

As respostas das entrevistas coletadas pela anotação em papel, foram transcritas e digitalizadas em uma planilha, sistematizando de uma maneira em que fosse possível separar quais foram as perguntas de cada expedição e quais foram as

perguntas utilizadas dos outros pesquisadores, bem como em quais comunidades foram coletadas.

2. Análise e exploração do Material

Esta etapa permitiu uma sistematização melhor com procedimentos de organização dos dados, já com a separação em categorias (Bardin, 1977). Portanto, esta etapa consistiu em três fases: a primeira foi a separação das perguntas que seriam utilizadas para o atendimento do primeiro objetivo específico, sobre os sentidos atribuídos ao Bem Viver e como ele contribui para a continuidade das tradições, para a valorização dos saberes e para a conservação socioambiental, formando a categoria “Bem Viver das Comunidades”; posteriormente, na segunda fase as perguntas que fundamentam o objetivo específico dois, sobre as ameaças externas e relações irresponsáveis, formando a categoria “Ameaças ao Bem Viver”; e por fim, na terceira fase as perguntas que retratam o objetivo específico três, sobre o Bem Viver como base para o protagonismo comunitário e de enfrentamento às relações improcedentes de agentes externos, formando a categoria “Protagonismo Comunitário”. O esquema dessa sistematização se resume na Figura X, representando o caminho metodológico adotado para a organização e análise dos dados:

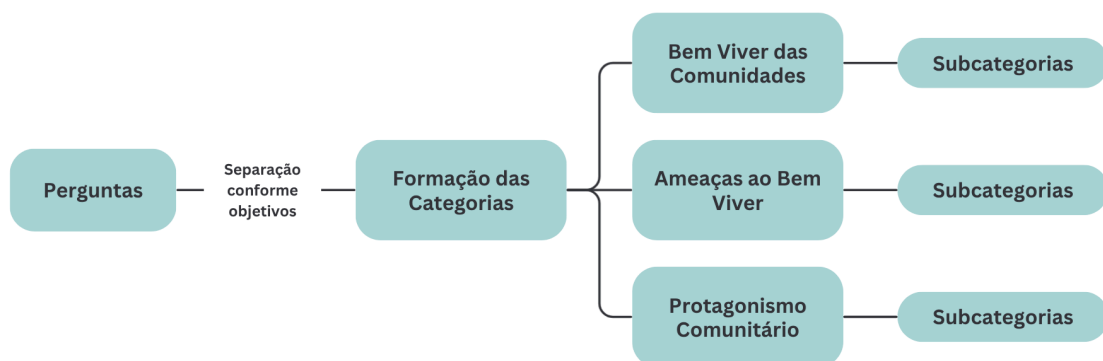


Figura 16: Processo de formação das categorias de análise. Fonte: autora (2025).

Essa separação foi feita inicialmente para visualização dos dados obtidos, para posteriormente realizar, enfim, o agrupamento das respostas em subcategorias, conforme a classificação dos elementos de significação e proximidades de respostas, seguindo estas etapas:

- A leitura flutuante das respostas, separando-as em uma nova tabela, conforme suas referidas perguntas e respostas aos objetivos propostos;

- Com base em elementos particulares identificados na leitura de cada resposta, foi realizado um agrupamento por subcategorias de proximidade de respostas, para cada categoria. É válido ressaltar que, quando uma resposta apresentava múltiplos elementos, ela foi colocada em mais de uma subcategoria.

3. Tratamento dos resultados e interpretação

Por fim, a última etapa consiste no tratamento final para a interpretação, analisando mais a fundo cada uma das categorias e subcategorias, quais as possíveis relações entre elas, quais elementos se destacam (Bardin, 1977). Como os objetivos conversam entre si, esta fase também serviu para conectar as ideias.

Os dados provenientes das rodas de conversa e das observações de campo foram utilizados como complemento à esta análise de conteúdo das entrevistas, contribuindo para aprofundar determinadas questões e enriquecer as discussões apresentadas. Dessa forma, é possível fazer uma triangulação dos dados, ampliando as interpretações das informações individuais obtidas com a aplicação das entrevistas.

5 - RESULTADOS

Este tópico apresenta os resultados da pesquisa organizados a partir da esquematização resumida na Figura 16, conforme o cumprimento das etapas 1 e 2 da análise de conteúdo. Cada categoria formou suas respectivas subcategorias, conforme expresso na Tabela 2, que sintetiza as categorias e subcategorias criadas e trabalhadas, destacando os aspectos centrais de cada uma. A formação das categorias relaciona-se com os eixos de perguntas, descritas na Tabela 1; e para cada uma delas, busca-se atender aos objetivos específicos.

Categoria Principal	Subcategoria	Aspectos centrais
O Bem Viver das Comunidades	Cotidiano Vivo	Prazer em suas atividades diárias, com equilíbrio entre trabalho, cuidados com a casa, lazer e descanso
	Tradição Viva	Religiosidade; transmissão de saberes; valorização de sua cultura - festas, artesanato, lendas, rotina
	Convivência Viva	Convivência, cuidado, coletividade, laços familiares
	Terra como Casa Viva	Cuidado e respeito à natureza; forte relação identitária com o ambiente
	O Essencial e o Desejável	Direitos básicos relacionados à necessidades materiais de infraestruturas
Ameaças ao Bem Viver	Condições de Vida e Estrutura Comunitária	Falta de água potável, energia contínua, saneamento, saúde e educação
	Relações Externas, Conflitos Sociais e Marcas no Território	Presença de agentes externos (garimpeiros, pescadores, empresas, turismo predatório); falta de apoio do Governo; conflitos, insegurança e marcas ambientais
	Cuidar para Permanecer	Desejo de continuidade na vida comunitária; atitudes de cuidado com a natureza, com a floresta, e educação
Protagonismo Comunitário	Educação e Cooperação	Organização por meio de associações; formação e ações coletivas; transmissão de conhecimento intergeracional
	Mostras do Viver	Respeito mútuo e regras para visitantes; desejo de mostrar seu modo de vida, produtos, tradições e belezas territoriais
	Cuidar, Reunir, Decidir	Organizações comunitárias; assembleias; reuniões; diálogo e cooperatividade

Tabela 2: Sintetização das categorias e subcategorias de análise, com destaque para os principais aspectos que podem ser observados. Fonte: autora (2025).

Cabe ressaltar que as análises dos dados obtidos resultam da junção das respostas das três comunidades, sem distinção individualizada. Essa escolha parte do querer entender o Bem Viver a partir de um olhar integrador, enfatizando os significados e as experiências comuns que se expressam nas falas dos participantes, reconhecendo os elementos que as comunidades compartilham, que revelam princípios comunitários, partilhados de convivência e reciprocidade.

A seguir, apresenta-se os subtópicos onde são descritos os resultados obtidos das análises realizadas de cada subcategoria. Essa descrição orienta o entendimento inicial, para posterior relação com ideias de autores, discussões e considerações.

5.1 - O BEM VIVER DAS COMUNIDADES

Nesta seção, são apresentados e discutidos os principais resultados alcançados referentes às entrevistas sobre a categoria “Bem Viver”. Os resultados contam com a participação de um total de 74 pessoas, sendo 54 participantes da primeira expedição (35 participantes da comunidade Iratapuru, 10 na Santo Antônio da Cachoeira e 09 no quilombo São José) e 20 participantes da segunda expedição (12 participantes da comunidade Iratapuru, 5 na Santo Antônio da Cachoeira e 3 no quilombo São José)

A partir das respostas obtidas nas entrevistas, foi possível identificar subcategorias de análise conforme os sentidos expressos nas falas dos participantes. Dessa sistematização formou-se 5 subcategorias, as quais serão analisadas descritivamente: Cotidiano Vivo; Tradição Viva; Convivência Viva; Terra como Casa Viva; O essencial e o desejável.

Cotidiano Vivo

Essa subcategoria expressa todas as respostas que demonstram como é o cotidiano das comunidades, evidenciando práticas diárias, rotinas que dão sentido às suas vidas, expressos em seus trabalhos, nos cuidados com suas casas, no lazer, na alimentação, nos momentos de descanso. Observa-se uma relação muito forte que eles possuem com o seu trabalho, ocupando o papel central na vida da maioria das pessoas, sendo o mais citado, de diferentes formas - seja exercendo alguma função da cooperativa COMARU, seja participando das atividades extrativistas, seja sendo professor(a) da escola, trabalhando na roça, ou com atividades desenvolvidas na Igreja.

Percebe-se a centralidade que seu trabalho representa, mas muito mais do que um meio de sobrevivência, fica evidente o prazer que sentem em praticar suas atividades, expressos em falas como “Estar na ativa trabalhando”, “Trabalhar na roça”, “Dando aula”, sendo expressões ditas na pergunta que questiona o que os deixam felizes no dia a dia; ainda, é muito citado o cuidado que possuem com as suas casas, com uma rotina de limpar o quintal, limpar a casa, trabalhar dentro de suas casas, expressando um equilíbrio entre um trabalho mais pesado, mas também o cuidado com o que possuem dentro de casa.

Ainda, vê-se o lazer em sua rotina, com coisas como jogar futebol, passeios e lazer com a família, assistir filmes ou escutar música, ir na mata, vivências do dia a dia. Ainda, o descanso de deitar na rede, a paz de estar na comunidade, poder comer, cozinhar. Atividades

tão simples, mas que possuem um significado de prazer, de paz em poder praticar essas coisas em seu cotidiano.

Com isso, fica evidente que há um certo equilíbrio entre o trabalhar e o descansar - trabalhar, se esforçar, se sustentar, mas também ter o lazer, o descanso, o cuidado, comida boa. Um viver cotidiano expresso nas suas rotinas, na sua simplicidade.

Tradição Viva

Nesta subcategoria, percebe-se um pouco da cultura das comunidades, centrada especialmente em uma vertente bastante religiosa, como algo essencial para uma vida com significado, com expressões como “Primeiramente a Deus. Tendo Deus no coração o amor vem junto”, “Ter Deus”, “Ir para a Igreja”, e relacionando com o auxílio que dão para a Igreja, a ajuda com as festividades religiosas. As três comunidades carregam em seu nome uma vertente católica, possuindo nome de Santos; e, de fato, possuem suas Igrejas com datas comemorativas para seus respectivos santos - São Francisco, Santo Antônio e São José.

Ainda, é ressaltada a importância de se passar a tradição para os mais novos, tanto para os entes da família, como para quem vem de fora, mostrando quais são as suas atividades e cultura. “Como filho de extrativista não sabe colher castanha? Fazer farinha junto”, mostrar como se caça, como se extrai a castanha, os óleos de pracaxi, andiroba, copaíba, qual a culinária da região, artesanatos, como planta e se pesca - tudo o que faz parte de seu cotidiano e do individual de cada um, que foi passado de geração em geração, se tornando parte de suas identidades.

A Festa Negra e dança do quilombo, são festividades importantes do Quilombo São José, que carregam uma história ainda maior por trás, trazendo a resistência de suas famílias, algo que se perdura. Assim como as histórias e lendas que cada comunidade possui, que se tornaram aspectos sagrados e uma relação de respeito com o território que ocupam e que certamente influenciou na construção destes saberes. Assim como destaca uma resposta: “fazer com que as tradições não se apaguem, manter vivo e fazer com que essa conexão nunca acabe”.

Convivência Viva

A subcategoria *Convivência Viva* reúne os sentidos atribuídos ao Bem Viver que se manifestam nas relações de convivência, cuidado e pertencimento entre familiares, amigos e

membros da comunidade - forte relação que possuem entre si, do estar em família, fazer coisas com a família, seja em casa, seja em algum momento de lazer, cuidar dos filhos, estar perto, conversar . Ainda, destaca-se a relação com as pessoas da comunidade no geral, com costume de se visitarem, a união que é um tradição, a importância da harmonia e diálogo entre os moradores, o poder ajudar o próximo, ouvir, dialogar, todo o convívio e saber herdado.

Expressões como “Estar perto da família”, “Banho no rio com a família”, “Viver com a família e não ter inimigos”, demonstram que o Bem Viver não é construído individualmente, mesmo que haja intrigas como destacado por algumas pessoas, o Bem Viver tem caráter coletivo, e isso reforça-se quando muitos citam a importância de sua família e amigos, reconhecendo a importância de se relacionarem bem. Essas respostas também demonstram que as comunidades são compostas por pessoas, que apesar de pertencerem a comunidade, possuem suas próprias opiniões; além de demonstrar a importância do constante fortalecimento de laços comunitários.

Terra como Casa Viva

Essa subcategoria aborda diversos aspectos, desde o cuidado com o ambiente, desde como se sentem, quais relações que possuem com a natureza, quais associações fazem com o ambiente e que cria a relação que possuem com a comunidade, demonstrando que um território vai além de um espaço físico.

As respostas demonstram o quanto as pessoas gostam de estar no local, associado a sensações de felicidade, de amor, que se sentem bem, em paz. Ainda, há justificativas relacionadas a ser um lugar tranquilo, a possibilidade de conviver com a família, com os amigos, pois todos se ajudam, conversam - “Uma boa convivência é importante”, “Porque são da família e amigos”, “Pra mim quanto mais amigos me sinto mais feliz”. Isso demonstra que sua relação interpessoal também reflete o quanto gostam de estar na comunidade e o quanto gostam e cuidam do ambiente como um todo.

Sua conexão com o ambiente se demonstra forte, pois as associam com suas atividades cotidianas, muitas delas relacionadas com a natureza. Destacam que respiram melhor, possuem melhor qualidade de vida, trabalham ali, pescam, caçam, roçam, plantam árvores. Ainda, há relação de respeito e amor com a natureza, enfatizando uma consciência importante na questão da conservação, com preocupação de cuidado, proteção, de desfrutar

harmonicamente sem prejudicá-la, manter a floresta em pé, além de cuidados básicos como não jogar lixo, não cortar árvores.

Ainda, esse cuidado com o ambiente é enfatizado nas falas que demonstram a importância de passar o ensinamento para as outras gerações, ensinar sobre a floresta, além de ações de educação ambiental, como cursos, reuniões coletivas, que espalham e aprimoram essas ações de cuidado e responsabilidade, “os chamam de guardiões da floresta. Estão em uma reserva e cuidam para que não haja exploração de fora, pesca clandestina, tudo o que vem de fora. Práticas relacionadas a esses cuidados”. Além das organizações existentes, como a própria COMARU, a associação BioRio da comunidade São Francisco do Iratapuru, que fazem um papel mais assíduo e de posicionamento frente a algumas ações mais coletivas.

Ademais, fica evidente que há ações sustentáveis, como por exemplo, a própria coleta da castanha é feita conforme sua época e não há nenhum processo forçado de produção. Praticam caça e pesca, porém reconhecem que é de maneira respeitosa, sem tirar tudo de uma vez, respeitando com a consciência clara de que é necessário “Preservar mais hoje para amanhã as futuras gerações não sofrerem as consequências”.

Assim, vemos dimensões que revelam associações sentimentais, identitárias com o ambiente, com um valor da natureza que ultrapassa o material, tendo essa terra como casa viva, pois se reconhecem como pertencentes e dependentes dela.

O Essencial e o Desejável:

Por fim, essa subcategoria revela uma dimensão do Bem Viver que aborda aspectos estruturais e da existência de serviços, mas que de fato são essenciais para uma vida de qualidade, para que não haja incômodos no Bem Viver subjetivo. Portanto, as respostas demonstram as necessidades, carências e direitos básicos que as comunidades necessitam.

O essencial se demonstra no simples fato de querer existir com dignidade - saúde com atendimento médico de qualidade, alimentação de qualidade, energia 24 horas e sem custos elevados, água limpa e tratada, e educação com todos os níveis escolares. Falas como “O que impacta muito é não ter energia 24 horas, não ter saneamento e uma educação mais avançada com cursos e ensino completo, até mesmo para a permanência dos jovens na comunidade”, demonstram que tudo está interligado, até mesmo quando se trata de

infraestruturas básicas e o efeito cascata que essas carências geram, por exemplo, se não tem água de qualidade, isso pode impactar nos alimentos que passam a não ser de qualidade, que impacta na saúde das pessoas; e até mesmo na importância de se ter essas infraestruturas para que a comunidade resista na permanência no território.

5.2 - AMEAÇAS AO BEM VIVER

Nesta seção, são apresentados e discutidos os principais resultados alcançados referentes às entrevistas sobre o Ameaças ao Bem Viver. Os resultados contam com a participação de um total de 20 pessoas, referentes aos resultados da segunda expedição - 12 participantes da comunidade Iratapuru, 5 na Santo Antônio da Cachoeira e 2 no quilombo São José.

Para as subcategorias de análise das respostas obtidas nas entrevistas, a sistematização formou 3 subcategorias, as quais também serão analisadas descritivamente: Condições de Vida e Estrutura Comunitária; Relações Externas e Conflitos Sociais; Marcas no Território; Cuidar para Permanecer.

Condições de Vida e Estrutura Comunitária

Essa subcategoria representa as respostas que demonstram falta de infraestrutura como sendo um desafio que as comunidades enfrentam, que afetam o seu Bem Viver, sendo um elemento que impacta sua qualidade de vida.

Um dos aspectos mais citados, é a questão da água que provém de poço e muitas vezes com lama ou uma alta concentração de ferro, o que impacta diretamente na saúde de todos, pois a água tem baixa potabilidade. Além da falta de tratamento de água, há falta de tratamento e coleta de esgoto, sendo direcionado para fossas rudimentares, com o relato de que a mesma transborda em período chuvoso causando riscos à saúde.

Outra questão é a falta de energia contínua, sendo relatado mais pela comunidade São Francisco do Iratapuru que de fato possui energia em um período específico, o que impacta diretamente na sua rotina, pois a interrupção que é feita durante um período de mais ou menos 8 horas, prejudica suas atividades domésticas e até produtivas caso queiram ter um comércio de sorvete, por exemplo. Nas outras comunidades, há sim energia 24 horas, contudo, pagam um preço altíssimo para manter.

Mais um ponto importante, mais para as comunidades São Francisco do Iratapuru e Santo Antônio da Cachoeira, há uma condição crítica nas ruas de circulação, que são altamente prejudicadas especialmente em períodos chuvosos, deixando o solo muito encharcado, com lama, com buracos; citam que seria importante, por exemplo, o uso de bloquetes para promover melhorias.

Na área social, a questão da saúde e escolas é insuficiente. Há falta de postos de saúde com atendimento assíduo de médicos especializados; e também, escolas com melhor infraestrutura, com todos os níveis de ensino, até para a permanência dos jovens. Até mesmo falta de uma infraestrutura mais adequada para o exercício de atividades, como o relato de que a Coop Cachoeira por vezes não consegue lidar com certas demandas e acaba tendo que terceirizar os serviços.

Dessa forma, percebe-se que as comunidades possuem interesse pelo básico, o que é de direito de todos, o acesso ao essencial: água de qualidade, saneamento, saúde, educação e mobilidade, que impactam seu conforto material, que impacta na saúde, nos alimentos, na sua autonomia.

Relações Externas, Conflitos Sociais e Marcas no Território

Nesta subcategoria, as falas expressam muitas relações de conflitos que possuem, especialmente com pessoas que aparecem de fora, afetando a tranquilidade e segurança das comunidades. Tais agentes externos incluem mariscadores, empresas, garimpeiros, clandestinos que geram ameaças também ao ambiente e um grande desconforto e situações de intimidação; um cenário que é fortalecido pela falta de apoio e presença do poder público.

Relatos como “Pescadores de fora invadem e falta peixe. Já receberam ameaças após pedir pra policia (PM) retirar os invasores”, retratam que pessoas de fora não só geram insegurança, como geram impactos para o ambiente, pois há presença de pescadores clandestinos que afetam a disponibilidade de peixe, há os garimpeiros que afetam a qualidade da água; e há a presença das empresas, tanto a madeireira que desmata, quanto a da própria hidrelétrica que gera riscos causados pela ausência de planos de fuga, pela falta de apoio e cumprimento das propostas iniciais antes da construção.

A questão da hidrelétrica é fortemente citada, não apenas por essa questão de falta de apoio e cumprimento das propostas, mas também pela questão do quanto as coisas mudaram após a construção dela. Relatam e reconhecem os impactos que ela causou. Todas as comunidades foram afetadas e tiveram que se adaptar, inclusive em relação ao seu meio de sustento; a comunidade Santo Antônio da Cachoeira, por exemplo, vivia pelo beneficiamento do açaí, contudo, todo o açaí que ficava acima da cachoeira foi desmatado e a área foi alagada, então tiveram que mudar sua forma de sustento. A comunidade de Iratapuru, necessitou se readaptar, se reestruturar, com relatos de que antes ficavam à beira do rio, tinha acesso facilitado, mas depois tudo mudou. Por fim, a comunidade São José vive com medo da barragem ceder e não conseguirem escapar.

Ademais, há o turismo predatório que não se importa com as comunidades, apenas explora o local, sem olhar para as comunidades e ainda deixam lixo e marcas no local que a comunidade acaba tendo que lidar - “A pesca predatória e o turismo exploratório que não se importa com o que vive ali, sem respeitar. Todo lugar tem um dono, e eles já tem o respeito de deixar a gente ali, e se deixarmos isso acabar, ameaça o modo de viver”.

Essas questões afetam a integridade das comunidades, ferem suas ordens, trazendo inclusive conflitos sociais associados ao consumo de álcool, à presença de drogas trazidas por pessoas de fora, ao furto de barcos, motores que necessitam por seu principal meio de mobilização. “O pessoal vem e faz o que quer, nem conversa com eles ou passam informações”.

Cuidar para Permanecer

Considerando estes conflitos e impactos cumulativos e sinérgicos que podem causar mudanças significativas no modo de vida dessas populações, ainda assim pode-se identificar atitudes que revelam o desejo de manter a vida comunitária.

Primeiramente, o cuidado com a natureza, com a mata, a floresta, é uma das forças motrizes. “O mais importante é a floresta. Nada se compara com essa vida rodeada pela mata, seus sons, suas ofertas (nesse sentido de paz); a vida na cidade não é igual”. Vê-se nessas falas o cuidado com o ambiente e a importância que dão, muito além de apenas ligado ao seu sustento, mas à sensação que transmite, ao seu Bem Viver.

Outro aspecto é o papel da educação e da transmissão de conhecimentos, nesse sentido de fazer perdurar o que eles conhecem, e fortalecer também por meio de cursos e

formações. Ainda, os problemas já citados relacionados à educação, que são importantes para manter o Bem Viver de suas comunidades. Questões citadas neste eixo temático, mesmo tratando mais de ameaças, mas que já se demonstram importantes para eles.

5.3 - PROTAGONISMO COMUNITÁRIO

Como descrito na subcategoria anterior, mesmo tratando-se de um eixo que aborda ameaças às comunidades, fica evidente que algumas pessoas já reconhecem a importância de ações comunitárias, seja para o cuidado com a floresta, seja para passar estes ensinamentos adiante. Assim, este eixo temático complementa esta ideia, trazendo uma noção de como as comunidades já se organizam para discussões e tomadas de decisões, bem como de que forma elas enxergam e quais ações são capazes de promover atitudes transformadoras - quais poderiam ser as estratégias capazes de promover o protagonismo comunitário para o incentivo às interações socialmente responsáveis.

Os resultados contam com a participação de um total de 20 pessoas, referentes aos resultados da segunda expedição - 12 participantes da comunidade Iratapuru, 5 na Santo Antônio da Cachoeira e 2 no quilombo São José. Com a sistematização dessa categoria, formou-se 5 subcategorias, as quais também serão analisadas descritivamente: Educação e Cooperação; Mostras do Viver; Cuidar, Reunir, Decidir.

Educação e Cooperação

Essa subcategoria reúne falas que destacam primeiramente organizações comunitárias. O senso de comunidade parece se fortalecer na realização de encontros ou reuniões, para que as pessoas se unam e possam discutir sobre questões ambientais, sobre problemas ou qualquer outra coisa; esse tipo de organização, acreditam que possa ser um meio de formar pessoas a agirem de maneira coletiva, entre si, com os outros e com o ambiente. Ademais, revela-se que a organização desses encontros geralmente ocorre por meio das associações, como a BioRio, a COMARU. E, para situações mais graves, reconhecem parcerias como o SEMA (Secretaria de Estado do Meio Ambiente) e o IBAMA, que auxiliam em algumas melhorias e segurança.

Neste mesmo sentido, revelam um desejo de que façam cursos e formações, incentivando certas condutas conforme ensinamentos aprendidos, bem como palestras e eventos fora da comunidade para a conscientização, com compartilhamento de saberes e geração de novos conhecimentos.

Estes ensinamentos e estes compartilhamentos, certamente, são extremamente importantes e possíveis de serem passados adiante, cada vez mais. As falas refletem que já possuem estabelecido a importância de passar o conhecimento de geração para geração - “Ensinam da mesma forma que foram ensinados pelos pais e avós. Quase todos são família. Ensinam desde dar e pedir benção, até coisas maiores, ensinam a dar valor a vida e não dinheiro. Contam histórias também, suas raízes, para não deixar morrer”.

Ademais, já demonstram interesse em também fazer esse compartilhamento com quem chega de fora. Ainda, nesse sentido, também há relatos que explicitam a importância de relações responsáveis e do desejo de promovê-las - “A questão de as pessoas realmente conhecerem a comunidade, ter a vivência, isso trás muito a questão de respeito, relação”. Isso demonstra uma oportunidade de aprendizado e fortalecimento, mas sem abrir mão da autonomia comunitária.

Por fim, também há falas que reconhecem o papel que certos instrumentos de educação ambiental exercem, como placas instaladas de “proibido jogar lixo”, que despertam certa consciência para quem chega de fora, bem como a implementação de mais lixeiras. São ações simples, mas que a própria comunidade já reconhecendo a importância e fazendo a instalação de equipamentos que ajudam na criação de respeito, é fundamental e já demonstra ações de protagonismo.

Mostras do Viver

Esta subcategoria reúne as respostas referentes à pergunta sobre o que a comunidade gostaria de mostrar ou manter só entre ela, talvez abordando mais a questão de turistas, porém sendo válido para qualquer pessoa que queira adentrar o território da comunidade.

É retratado muito em relação a regras que eles gostariam que os visitantes seguissem, o que sugere já de início, que já há um reconhecimento de identidade da qual eles não querem se abdicar e quem chega de fora tem que respeitar, por exemplo, ficar um tempo limitado, usar roupas de banho que não expõem muita coisa, o cuidado, zelo e o respeito mútuo de como as coisas funcionam.

Essas retratações são fundamentais e se refletem em todas as outras falas que retratam o que gostariam ou não de mostrar, ou seja, tudo o que oferecem, mesmo que aberto para a “vista de todos”, deve ser com base em regras que são importantes para eles,

bem como, ser respeitado coisas que são mais pessoais e não querem compartilhar com pessoas de fora do contexto comunitário.

Sua cultura religiosa, seus atrativos naturais - cachoeiras, a floresta; seus artesanatos - paineira, cestos, produtos naturais; sua comida; sua dança; a própria fábrica de castanha. São itens muito citados que fazem parte da sua cultura, da qual se orgulham e expressam este desejo de mostrar.

Cuidar, Reunir, Decidir

Por fim, esta subcategoria demonstra de que forma as comunidades já se reúnem para tomada de decisões e outras iniciativas, com um tipo de organização social que é muito importante para até mesmo uma afirmação identitária, e sustenta, muitas vezes, o Bem Viver comunitário, pois segue uma lógica de diálogo entre todos os que demonstram interesse em participar.

A comunidade São Francisco do Iratapuru possui a própria COMARU, que apesar de cuidar mais dos assuntos da fábrica, possuem um importante papel de representação e fortalecimento da comunidade; e também a associação BioRio que articula uma democracia comunitária, com assembleias onde todos falam e tomam decisões.

Na comunidade Santo Antônio da Cachoeira, além da Coop Cachoeira que está mais à frente sobre as questões de turismo, quando há algo mais comunitário a comunidade se reúne em reuniões, expressam que nem todos parecem ter lugar de fala, o que demonstra certa fragilidade nessas organizações. Porém, ainda assim se organizam e fazem até mesmo iniciativas de mutirões de limpeza, por exemplo.

Na comunidade São José, há a associação Quilombo São José, que também promove reuniões e assembleias para diversas tomadas de decisões e até mesmo outras ações coletivas, como a construção da Igreja ou para a coleta de castanha; isto certamente revela uma auto gestão comunitária muito coletiva, reforçando laços e o protagonismo comunitário.

As três comunidades se organizam de forma muito semelhante, com organizações e associações, reuniões e assembleias, com pequenas particularidades que as diferenciam conforme, também, a sua cultura, proximidade, e o próprio interesse de cada pessoa que reside nas comunidades em querer participar das decisões. Pois, apesar do espírito comunitário e recíproco ser forte, assim como o Bem Viver propõe, entende-se que há

alguns representantes comunitários que são mais ativos, mas promovem sim estes espaços de decisões coletivas.

5.4 - CONSIDERAÇÕES E DISCUSSÕES

Este tópico tem como objetivo reunir as principais considerações e correlações identificadas pelos dados e resultados, em consonância com os objetivos propostos, consistindo a última etapa da análise de conteúdo - a de tratamento dos resultados e interpretação - com uma análise mais profunda, estabelecendo correlações entre categorias e articulando com autores referenciais.

A descrição e análise das três categorias, permite identificar alguns aspectos que se assemelham, observando-se uma forte interconexão entre as mesmas, que constituem parte da estrutura comunitária e identitária do Vale do Jari. Apesar das descrições terem sido feitas da junção das três comunidades, os resultados se mostraram ricos e tratam das perspectivas de muitas pessoas, representando muitas vozes comunitárias que demonstram um Bem Viver singular, as ameaças e inseguranças ao seu modo de vida, e um pouco do protagonismo que já possuem e pode ser ainda mais fortalecido.

Observa-se na categoria “O Bem Viver das Comunidade”, que as subcategorias formadas dizem muito sobre coisas cotidianas, práticas diárias e relação entre pessoas e ambiente como algo vivo e dinâmico; coisas “simples”, mas que se demonstram essenciais para suas vidas. No nome das quatro primeiras subcategorias - Cotidiano Vivo; Tradição Viva; Convivência Viva; Terra como Casa Viva - foi colocado a palavra “Viva”, com o intuito de demonstrar no próprio nome da subcategoria, um Bem Viver que se caracteriza exatamente nisso - na vida dessas pessoas, na história que contam, nas práticas e hábitos de suas vidas, nas pessoas que constituem sua vida. Além disso, quando se pensa em vida, pode-se pensar em algo que é dinâmico, que acontece no dia a dia, e isso resume muito do que percebe-se do Bem Viver dessas comunidades.

O Bem Viver, diferentemente do Viver Bem - que possui um caráter mais materialista e individualista - é fundamentado em dimensões que fogem do caráter capitalista. Apesar de demonstrarem muito interesse e darem valor ao seu trabalho, por exemplo, não se demonstra como um fardo e muito menos como uma forma de ganhar muito dinheiro. Pelo contrário, suas falas mostram muito mais uma relação de necessidade, mas também algo

prazeroso de ter em sua rotina. Assim como Alcântara (2019) destaca, o Bem Viver caracteriza-se como uma somatória de práticas vivenciais, e as categorias demonstram isso.

Além dessa dimensão vivencial do Bem Viver, Alcântara (2019) também traz a importante concepção de que o Bem Viver não se constitui apenas na clássica tríade - social, econômica e ecológica; mas abrange perspectivas políticas, espaciais, culturais, etc., além de aspectos não científicos, como a religiosidade/espiritualidade, relações de pertencimento e afeto, que são aspectos demonstrados no decorrer das descrições.

Esta concepção de vida também pode estar associada a aspectos fundamentados por ideologias construídas, motivadas por um conjunto de interesses em comum e questões epistemológicas (conhecimento sobre o mundo) que formam valores éticos (Eagleton, 2019). Valores são “construídos na interação entre um sujeito imbuído de razão e emoções e um mundo constituído de pessoas, objetos e relações” (Bonotto, 2008, p. 300), assim, os valores expressam modos de pensar e agir nascidas de experiências e vivências, que orientam bases éticas, estéticas e práticas culturais.

Nessa perspectiva, tais valores e ideologias que sustentam o Bem Viver das comunidades do Vale do Jari se materializam em afazeres que integram o cotidiano. Cada subcategoria está interrelacionada, pois não dá para ter um cotidiano de trabalho, de lazer e nem manter tradições e ter convivências familiares, sem um lar, sem uma terra, sem um espaço para vivências, e até mesmo sem ter o que é de direito fundamental de todos. Como já explicitado, a carência de falta de água de qualidade, energia, infraestruturas (que relaciona-se à melhoria das condições para se viver) influencia no Bem Viver. Apesar destas carências serem materiais, entende-se que essas infraestruturas e serviços impactam diretamente em como a comunidade vive, no seu bem estar, na sua saúde física e mental, sendo que não viver uma vida tranquila, com segurança em relação ao consumo de coisas com qualidade, com segurança física, afeta diretamente no modo de vida dessas pessoas.

Ainda, mesmo diante dessas limitações estruturais e da existência de serviços básicos, há também elementos expressos nas questões culturais, principalmente relacionadas à religiosidade pelas festas dos padroeiros de cada comunidade. Estas tradições constituem a identidade cultural, social e espiritual, assim como Werá (2024) diz, sendo algo que se reflete no nosso enraizamento no mundo, ou seja, estas crenças que as comunidades tanto valorizam, são importantes e decerto contribuem para as pessoas se sentirem pertencentes ao território.

Além disso, Werá (2024) apresenta as dimensões do bem-pensar, bem-sentir e bem-fazer, que são tecidos de acordo com aspectos culturais e sociais, que manifestam o Bem Viver - de acordo com a cultura Guarani que traduz o termo em “Tekoá-porã”. De acordo com o autor (Werá, 2024, p. 78):

- *Bem-pensar*: é a porta da mente, relacionando-se com a identidade de cada um;
- *Bem-sentir*: é a porta do coração, relacionando-se com as emoções e poder pessoal de cada um;
- *Bem-fazer*: é a porta motora, relacionando-se com capacidades, atitudes e ações de cada um.

Assim, acredita-se que estas dimensões foram, de certa forma, expressas de maneira intrínseca em algumas falas. As perguntas traziam abordagens relacionadas a sentimentos de felicidade, de prazer e satisfação, relacionadas ao dia a dia e ao ambiente. Isso permitiu que, de uma maneira indireta, o estudo abordasse essas dimensões, sendo que as respostas individuais de cada um refletem sua identidade além de refletir a emoção que “tomava” a pessoa naquele momento e a junção destes fatores retrata a maneira como agir no decorrer do questionário, influenciando sua resposta.

Isso torna-se um aspecto importante para se pensar, pois de fato são fatores que refletem o Bem Viver, pois o *bem-pensar*, o *bem-sentir* e o *bem-fazer*, apesar de serem valores individuais, também refletem em um coletivo, pois revelam a maneira como nos posicionamos no mundo, mantendo um elo de pertencimento, fatores que são cultivados de geração em geração, em suas tradições, ensinamentos, ancestralidade (Werá, 2024), evidenciado como fator importante para eles.

Portanto, observa-se um Bem Viver que se consolida especialmente em atitudes e atividades diárias, sendo fortalecido nas relações interpessoais, nas tradições e na relação que possuem com o ambiente, demonstrando sentimentos de pertencimento e reconhecimento da importância de se conservar o território para que suas práticas e saberes possam ter continuidade.

Essa valorização das pessoas, do ambiente, dos saberes, certamente contribui para a continuidade das tradições construídas ao longo da história das comunidades. Essa identidade comunitária criada é fundamental para que haja a continuidade das tradições, e, nesse sentido, é importante que os próprios moradores cultivem cada vez mais sua cultura, resgatando as que se perderam e dando a devida valorização, para que conseqüentemente

este modo de vida seja sustentado ao longo do tempo, mesmo diante de pressões externas que podem afetá-lo.

Como afirma John (2012) “As comunidades sempre deixam marcas no lugar onde vivem que identificam a sua história individual e coletiva materializando assim, nestes espaços, sua identidade, suas tradições e seus costumes” (John, 2012, p. 320). Isso permite um acúmulo de experiências em forma de tradições que asseguram suas identidades, construída pela memória viva e valorização da cultura que preservam a continuidade das tradições (John, 2012).

Contudo, a categoria de “Ameaças ao Bem Viver” retrata algumas pressões externas que já impactaram e ainda impactam o modo de vida deles e suas tradições, incluindo as necessidades básicas e essenciais que começaram a ser citadas já na categoria de Bem Viver. Fica evidente na subcategoria “Relações Externas, Conflitos Sociais e Marcas no Território”, que estas relações irresponsáveis de pessoas que são de fora afetam diretamente no seu cotidiano e conseqüentemente no seu modo de vida.

Quaisquer agentes que chegam e causam ameaças, inseguranças, podem gerar uma sensação de domínio, no sentido de que, vão até uma área que não lhes pertence, seja para pescar, seja para praticar um turismo não responsável. Essa prática é fortalecida pela falta de assistência governamental e falta de policiamento e fiscalização, como bem explicitado nas entrevistas e esclarecido ainda mais nas rodas de conversas realizadas.

Estes acontecimentos se refletem de uma marginalização que foi historicamente construída, sendo notória desde os acontecimentos de “desenvolvimento” da Amazônia, podendo-se notar a ausência do Estado e a carência de políticas públicas de proteção das comunidades tradicionais. Além da intensa exploração que ocorre na região que visa um lucro condensado a apenas um grupo social, o que aumenta ainda mais a desigualdade social e gera conflitos sociais (Fernandes; Moser, 2021).

A presença do estado só aparece quando se fala de investimentos para infraestruturas que “modernizam a Amazônia”, como as hidrelétricas, as rodovias e os portos. Tais ações invisibilizam cada vez mais todas as populações que já viviam no território e construíram relações de interdependência com o mesmo (Fernandes; Moser, 2021). Isto se reflete até hoje, quando as pessoas ainda relatam que agentes externos acessam áreas em volta da comunidade sem pedir permissão, pescam sem controle algum os seus peixes,

desmatam suas árvores e constroem hidrelétricas, “prometendo compensações”, mas sem cumpri-las de fato.

Essas relações estabelecem ameaças diretas - verbalmente e fisicamente - e indiretas - resíduos, qualidade da água, desequilíbrio nos ecossistemas, falta de alimento. Ademais, o desmatamento, as atividades de garimpo, e o próprio funcionamento da hidrelétrica, causam impactos que são irreversíveis, pois ameaçam a saúde, segurança e a natureza, impactando nas atividades pesqueiras e na sua principal fonte de renda que é a castanha. Seu modo de vida, seu Bem Viver, é moldado conforme o ambiente, o rio, a floresta e assim, todas essas ameaças irão impactar o seu cotidiano e a forma como se relacionam com ele.

Estas comunidades são ribeirinhas - apesar de se auto identificarem como extrativistas/quilombolas também, todas vivem às margens do rio - ou seja, sua territorialidade é estabelecida a partir do rio, além de ser seu principal meio de locomoção e o utilizarem para pesca e lazer. As comunidades ainda vivem da caça, do extrativismo vegetal, que são recursos da floresta. Sendo assim, qualquer ameaça a estes ecossistemas, ameaça também o modo como as pessoas passam a lidar com o ambiente (Fernandes; Moser, 2021).

Ainda com os aprendizados de Werá (2024), ele descreve um diálogo em seu livro que é muito interessante: em uma conversa com o líder Guarani Tijary Warejú, em que Werá questiona-o sobre se ele continuava a sonhar novos caminhos devido ao fato de que os colonizadores levaram para o seu território a doença, a guerra, a fome e a opressão; então Tijary Warejú respondeu:

– Trouxeram coisa pior. [...] Envenenaram o ar, que cuida do bem-pensar. Envenenaram as águas, que cuidam do bem-sentir. Envenenaram a terra, que cuida do bem-fazer da frutificação dos alimentos que necessitamos para manter a vida no corpo (Werá, 2024, p. 124).

Ou seja, ameaças que chegam por meio de agentes externos não se trata só de como afetam o ambiente e qual o grau de impacto se gera. Esse envenenamento, como ele diz, além de afetar o ambiente, afeta como as pessoas passam a agir, qual a percepção e relação de pertencimento passam a ter sobre ele. Isto, afetando seu Bem Viver.

Acredita-se que, afetando isso, afeta diretamente a identidade das pessoas, suas relações, sua harmonia, suas tradições, impactando na força de defesa que possuem em relação ao seu território. Portanto, é super importante que ocorra cada vez mais uma valorização de toda a cultura que possuem, para que sua força comunitária não se perca ainda mais frente à essas ameaças. Tendo esta consciência de sua identidade, entende-se

que se cultiva cada vez mais um posicionamento protagonista, que fica maior e mais forte com o tempo, moldados em um Bem Viver que faça sentido para a comunidade de acordo com a continuidade das tradições, valores, saberes e práticas.

Dessa forma, a subcategoria “Cuidar para Permanecer” retrata o desejo de que, mesmo diante de tantas adversidades, as pessoas querem continuar vivendo nas comunidades, querem cuidar do território que compartilham e se sustentam, e querem ensinar estes valores para as futuras gerações. Muitos nasceram direto na comunidade, outros chegaram, porém todos possuem memórias e conhecimentos que necessitam ser valorizados, pois conhecimento é adquirido além do muro de escolas, conhecimento são vivências, e isso fica ainda mais evidente quando se posicionaram nas rodas de conversa.

Estes conhecimentos, tratados como conhecimento tradicional/local, são transmitidos pela oralidade por gerações, e desempenham um papel fundamental para a manutenção da cultura e também na conservação da biodiversidade devido às práticas sustentáveis implicitamente relacionadas a eles. Remetem também ao conhecimento empírico, costumes, crenças, rituais, mitos e práticas, que constituem a identidade de uma comunidade (Eloy, et. al., 2014).

Ademais, entende-se que além do cultivo desses conhecimentos sustentarem os modos de vida e expressarem uma relação de pertencimento e harmonia com o ambiente, também estruturam as formas de organização que possuem e que orientam decisões coletivas. Estas ideias são fortalecidas na categoria de “Protagonismo Comunitário”, em que observa-se a organização que já possuem para tomadas de decisões coletivas sobre diversos aspectos, baseados principalmente em reuniões e assembleias comunitárias, além das associações e cooperativas que estão à frente de assuntos mais específicos, estas organizações reafirmam valores coletivos e fortalecem o posicionamento comunitário.

O Bem Viver é “viver em aprendizado e em convivência com a natureza” (Acosta, 2019, p. 26) e as comunidades tradicionais possuem um engajamento que é diário e prático com o ambiente, aprendendo com ele e respeitando o seu tempo; estes conhecimentos são adquiridos e depois, como Miranda et. al destacam: “são ensinados, mantidos, reforçados, repetidos e transmitidos na vivência em grupo”, e assim mantém-se “a cultura, identidade, originalidade da produção e pertencimento” (Miranda, et. al, 2022, p. 7).

Tudo o que possuem em sua área de vivência - que ultrapassam os “limites” das comunidades em si, uma vez que algumas atividades como a coleta da castanha acontecem mais adentro da floresta - eles reconhecem, já faz parte de seu íntimo e, portanto, sua relação é direta e afetiva. Ninguém é dono de nada, mas ao mesmo tempo, por essas pessoas já viveram ali, elas possuem sim o direito de exigir certos comportamentos que se não cumpridos, afetam o seu Bem Viver, afetam a sua memória. Essa reivindicação de um espaço, tem haver com pertencimento e não posse sobre ele, pois parte de uma relação que foi construída e que remete a uma vida comunitária, relacionado a noções de territorialidade expressa por esta noção de vínculo e vivência cotidiana (Raffestin, 1993).

Quando a própria comunidade demonstra que tem interesse em impor regras para quem chega de fora, ela também demonstra o cuidado e zelo que possui com o local em que ela pertence. Assim como cada pessoa possui direito sobre a sua casa e determina que visita vai entrar, essas comunidades possuem esse direito intrínseco de exigir certas atitudes e comportamentos que não ferem o seu lar.

Por isso que as categorias e subcategorias se conectam tão bem - o seu Bem Viver já é estabelecido, porém já sofreram e ainda sofrem tantas ameaças que ele está de certo modo fragilizado, e portanto, resgatar sua identidade, ter cada vez mais espaços de diálogo, cultivar suas tradições e saberes, fortalece sentimentos de pertencimento e gera-se a autonomia de impor o que querem e o que não querem que faça parte de sua vida, de sua rotina. Afinal, questiona-se um “Bem Viver para quem?”, se estamos falando das comunidades, o Bem Viver é deles, então possuem autonomia sobre ele.

Todos estes aspectos e relações apresentadas demonstram a importância da própria comunidade reconhecer e valorizar sua identidade sociocultural, pois é a partir de um conjunto de percepções e significados que se interpreta o mundo e se participa de um ambiente carregado destes elementos que certamente faz parte do pessoal de cada pessoa (Cunha; Giordan, 2012).

Assim, entende-se que este conjunto de percepções e significados atribuídos por cada pessoa, formam uma rede de sentidos, visões e valores, que moldam sua identidade e modos de vida. E, a partir desse entendimento, observa-se os reflexos de como tudo isso compreende o Bem Viver refletido em tudo o que já foi apresentado: um Bem Viver que se molda em costumes diários, valoração à relações familiares, entendimento e harmonia com a

natureza, que formam a identidade das comunidades na qual os comunitários se sentem pertencentes a esta realidade.

Com isto em mente, compreende-se que estas expressões atribuídas ao Bem Viver são relevantes para demonstrar que, valorizando essa identidade construída e a reconhecendo como parte do modo de vida - que traz sentido à existência, que trás alegria e prazer de se viver - a comunidade cria um protagonismo único que se fundamenta nos valores e desejos de cada pessoa que passam a se sentir cada vez mais pertencentes deste meio e que moldam sua identidade sociocultural, dando poder para que elas passem a se posicionarem, a exigirem políticas públicas voltadas para a sua proteção, a exigirem seus direitos fundamentais.

Isso, acredita-se que reflete em uma realidade muito clara e enraizada numa cultura rica que, conseqüentemente, qualquer um que chegue de fora, reconhece que aquele é um modo de vida muito bem estabelecido e que deve ser respeitado, colocando esse agente externo em um papel no qual ele mesmo reconheça que sua presença é de quem chega para observar e dialogar, entendendo que o protagonismo sobre o território é da comunidade, mesmo que ele possa ter a intenção contribuir ou somar às causas locais.

Ademais, este protagonismo demonstrado pelo Bem Viver é fundamental, principalmente diante de um cenário onde ainda se presencia a tendência da monocultura, a tendência de classificar outros povos a partir de um único conjunto de valores (Moutinho-da-Costa, 2011, p. 106), criando um espaço de dominação e marginalizando com diversas formas de racismo. Para quebrar esses padrões, é necessário que os povos e comunidades tradicionais resistem e passam a denunciar essa colonialidade de poder expressas no racismo, na expropriação de terra, desigualdade e a posição de vulnerabilidade e riscos que estão inseridos, que colocam em risco suas culturas (Moutinho-da-Costa, 2011).

Para tanto, recorda-se a ideia de envolvimento e confluência trazida por Nego Bispo (2023). A ideia de protagonismo comunitário, identidade, continuidade de tradições, valorização de saberes e fortalecimento desse modo de vida, pode contribuir para o passo inicial para a proposição de relações responsáveis, embasados nas sementes da confluência, ou seja, a ideia de que confluir move-se para o compartilhamento, reconhecimento e respeito (Santos, 2023). O envolvimento pressupõe que haja confluência, engajamento comunitário, diálogo entre saberes e valorização da vida em todas as suas dimensões, e,

portanto, acredita-se que esse entendimento reconhece e valoriza a identidade sociocultural, de modo a se refletir em relações externas mais respeitadas, prudentes e responsáveis.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para encerrar o percurso proposto no desenvolvimento de todas as etapas deste estudo, expõe-se neste tópico as considerações finais dos resultados e aprendizados obtidos, bem como futuras proposições para as comunidades participantes - São Francisco do Iratapuru, Santo Antônio da Cachoeira e São José, que certamente representam parte da identidade de diversas pessoas que também compartilham do Vale do Jari.

A realização da pesquisa permitiu compreender mais profundamente as noções de um Bem Viver que é utópico para outras realidades ainda, mas muito mais do que apenas um ideal a ser atingido, é algo real que já faz parte da vida de diversas comunidades que resistiram ao modelo vigente, mesmo diante de diversas ameaças e situações de risco que estão submetidos, gerando diversos desafios para a defesa de seu território e tradições, e consequentemente o seu Bem Viver.

Para as comunidades do Vale do Jari, o Bem Viver se reflete nas relações estabelecidas entre os membros das comunidades, nos seus afazeres diários e em uma vida pautada no respeito, harmonia e consciência de um território que se molda em torno do rio Jari e da floresta amazônica que decerto é a força vital de toda a dinâmica desse ambiente.

Seu modo de vida se reflete em um conjunto de tradições e saberes que constituem os valores de todos os membros da comunidade, estes passados de geração em geração e que não podem ser perdidos, visto que a preservação e cultivo dos mesmos, fortalecem e conservam a identidade sociocultural local.

Portanto, conclui-se que o Bem Viver é uma importante vertente para o estudo com comunidades tradicionais, pois ele reflete o seu modo de vida e demonstra o que é importante para as pessoas, além de abrir espaço para entender como fatores históricos, ameaças e relações irresponsáveis podem sim afetar seu modo de vida.

Entende-se que, com a presente pesquisa, é possível demonstrar por meio de uma devolutiva para as comunidades, a importância real que eles têm e que suas tradições, saberes e valores formam sua identidade, compondo um Bem Viver construído por eles, mas

que precisa ser fortalecido e bem estabelecido, pois contribui para a formação de uma força identitária importantíssima para a preservação do seu modo de vida e para a resistência frente aos desafios da atualidade.

Dessa forma, crê-se que todos os objetivos foram atingidos, sendo um complemento do outro, e que juntos demonstram que, de fato, os sentidos e expressões genuínas atribuídas ao Bem Viver pelas comunidades tradicionais do Vale do Jari, reconhecem e valorizam sua identidade sociocultural. E, com isso, reafirma-se a necessidade de relações responsáveis entre agentes externos e comunitários, protagonizado pelas vozes das comunidades com diálogo, respeito, olhar e escuta sensível, e valorização da história e saberes locais contados pelas próprias pessoas que integram este ambiente, com a hipótese de que eles mesmos reconhecendo que já possuem um Bem Viver, validem e se apropriem sobre quais são os limites que aceitam ou não dentro de suas comunidades, influenciando em relações mais responsáveis e prudentes.

Vale ressaltar que, durante a concepção e realização deste estudo, surgiram diversos questionamentos. Dentre eles, perguntas como: qual o papel que a academia tem, e qual “autoridade” possui, de querer sensibilizar a própria comunidade, dizendo a ela que ela precisa fortalecer a sua identidade? Este ato em si não gera uma sensação de que as comunidades não são protagonistas, então alguém externo tem que falar isso pra ela?

A resposta que obteve-se talvez nem seja a certa ou a ideal, ou talvez nem exista de fato uma resposta certa. Mas diante dos cenários e crises que o mundo está vivendo, infelizmente talvez haja sim essa necessidade de alguém exterior a estas comunidades procurar mostrar a ela para que não desista do seu modo de vida que já é sustentável, não desistam de suas culturas ricas, não desistam de suas tradições e não desistam de lutar e acreditar em uma boa vida com significado.

Sob essa perspectiva, esse “alguém exterior” - como a própria academia, gestores ambientais ou mesmo turistas - também possui uma carga histórica e um olhar marcado por processos de destruição ambiental e cultural, por conta da intensificação de um mercado que privilegia poucos e gera um processo de apagamento de outros. Essa consciência infelizmente é tardia, mas traz uma sensibilização de querer mostrar e validar que na verdade há uma riqueza que vale muito mais do que qualquer valor monetário, que está justamente sendo demonstrada pelo modo de vida dessas pessoas. Reconhecer essa riqueza

torna-se urgente em um cenário de crise climática, apagamento de culturas e desigualdade social. E, nesse processo, cabe também à academia ter esse papel de não ensinar a comunidade, mas aprender com ela, apoiar seu protagonismo e contribuir para dar visibilidade à importância de seus conhecimentos e formas de viver.

Dessa forma, espera-se que os resultados sirvam de inspiração para as comunidades. Não com o intuito de impor algo ou mostrar como devem se auto valorizarem, mas sim como um possível instrumento para que reconheçam ainda mais a sua relevância e para que as pessoas externas entendam o lugar protagonista que as comunidades possuem, e assim repensem suas abordagens, propostas, atitudes e ações. Que os resultados inspirem práticas éticas, responsáveis, sensíveis, com vista ao Bem Viver, contribuindo para a conservação sociocultural e identitária do Vale do Jari.

7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, A. O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. **Editora Elefante**, 2019.

ALCANTARA, A.G.L. Sensibilização para a conservação das águas subterrâneas: um estudo em áreas de recarga do Aquífero Guarani em bacias hidrográficas no Estado de São Paulo. **Dissertação (mestrado)**. Departamento de Ciências Ambientais, Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos-SP. p. 284. 2018.

ALCANTARA, L. C. S. Bem Viver ou vida em plenitude: tecendo a teia da existência. **Ambiente e Sociedade no Brasil Central: Diálogos Interdisciplinares e Desenvolvimento Regional**, v. 2, p. 28-38, 2019. Disponível em:

ALCANTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível?. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 40, p. 231-251, abril 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/download/48566/32108>.

BARDIN, L. (1977). Análise de conteúdo. **Lisboa edições**, 70, 225. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7684991/mod_resource/content/1/BARDIN__L._1977._Analise_de_conteudo._Lisboa__edicoes__70__225.20191102-5693-11evk0e-with-cover-page-v2.pdf

BELOTTI, F. Entre bien común y buen vivir. Afinidades a distancia. **Revista de Ciencias Sociales**. Num. 48, Quito, p. 41-54, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=50929704003>

BONOTTO, D. M. B. “Contribuições para o trabalho com valores em Educação Ambiental”. **Ciência & Educação** (Bauru), vol. 14, n.º 2, p. 295-306, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-73132008000200008>

BRASIL. Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 10 Jun. 2025.

CASTRO, E. M. R. DOS; et. al. Pensamento crítico, fronteiras e polissemia: a propósito do desenvolvimento. In: ALMEIDA, Oriana Trindade de; FIGUEIREDO, Sílvio Lima; CASTRO, Edna Maria Ramos de (org.). **Ambiente e Sociedade: desafios políticos do desenvolvimento**. Belém: NAEA, 2018. p. 11-31.

CATALÁN, M. C. Propuesta teórico-conceptual para el abordaje de la participación comunitaria desde la Psicología Comunitaria. **LIMINALES**. Escritos sobre psicología y sociedad, Universidad Central de Chile. Vol VIII. N° 15, p. 9-27, Abr. 2019. Disponível em: <https://revistafacso.ucecentral.cl/index.php/liminales/article/view/315/413>

CLARETO, S. M. Terceiras margens: um estudo etnomatemático de espacialidades em Laranjal do Jari (Amapá). 2003. 254 f. **Tese (doutorado)** - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2003. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/33fdac3b-f4fa-4cbd-bb3b-045e6b35bb3d>

COMARU - COOPERATIVA MISTA DOS PRODUTORES EXTRATIVISTAS DO RIO IRATAPURU. Página inicial. Laranjal do Jari, AP: **COMARU**, [s. d.]. Disponível em: <https://www.cooperativacomaru.com/>. Acesso em: 23 Out. 2025.

CUNHA, M. B. DA; GIORDAN, M. As percepções na teoria sociocultural de Vigotski: uma análise na escola. Alexandria: **Revista de Educação em Ciência e Tecnologia**, v. 5, n. 1, p. 113-125, 2012. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6170780>

EAGLETON, T. Ideologia (2a edição): uma introdução. **Boitempo Editorial**, 2019.

ELOY, C. C. et al. Apropriação e proteção dos conhecimentos tradicionais no Brasil: a conservação da biodiversidade e os direitos das populações tradicionais. **Gaia Scientia**, v. 8, n. 2, p. 189-198, 2014. Disponível em: https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/Direito%20de%20com.tradicionaisEliane_Moreira_p_ortugiesisch.pdf

FERNANDES, J. S. N.; MOSER, L. Comunidades tradicionais: a formação socio-histórica na Amazônia e o (não) lugar das comunidades ribeirinhas. **Revista Katálysis**, v. 24, p. 532-541, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/rk/a/3jFxmCxy4FVJ4Cj8W3Grt9w/?format=html>

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. **Programação Geral**, São Paulo, 6ª edição, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>.

GONÇALVES, Z. L. T., et. al. Sociedades tradicionais e conservação da Natureza. **Revbea**, São Paulo, V. 13, No 4: 79-86, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/2566>.

GONÇALVES, L. R. F.; ALMEIDA, M. G. de. Identidade territorial e discursos ideológicos. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 38, n. 2, p. 18-32, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4025/bolgeogr.v38i2.40032>

GUDYNAS, E. Bem-Viver: Germinando alternativas ao desenvolvimento. **América Latina em Movimento - ALAI**, no 462: 1-20; 2011, Quito. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=1837823>.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. TupyKurumin, 2006.

JOHN, N. M. Identificação, valorização e preservação do patrimônio histórico e cultural. Artigo apresentado no **XI Encontro Estadual de História**. Rio Grande (RS), 2012. Disponível em: https://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/recursos/anais/18/1343687593_ARQUIVO_TextoparaIncluirnosAnaisEtronicosdoXIEncontroEstadualdeHistoria.pdf

KRENAK, Ailton; CARELLI, R. (Org). A vida não é útil. **Companhia das letras**, São Paulo, 1ª edição, 10ª reimpressão, 2020.

LEFF, E. Sociedade, política e natureza - conhecimento para qual sustentabilidade?. In: ALMEIDA, Oriana Trindade de; FIGUEIREDO, Sílvio Lima; CASTRO, Edna Maria Ramos de (org.). **Ambiente e Sociedade: desafios políticos do desenvolvimento**. Belém: NAEA, 2018. p. 11-31.

LOPES, M. DE S. Impactos socioambientais da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari: a percepção das comunidades afetadas. **Tese (doutorado)** - Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, 2019. Disponível em: http://200.139.21.55/bitstream/123456789/395/1/Dissertacao_ImpactosSocioambientaisHidreletrica.pdf

MACIEL, T. M. DE F. B.; ALVES, M. B. A importância da psicologia social comunitária para o desenvolvimento sustentável. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei, v. 10, n. 2, p. 272-282, Dez. 2015. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082015000200005&lng=pt&nrm=iso.

MAIA, F. J. F.; FARIAS, M. H. V. DE. Colonialidade do poder: a formação do eurocentrismo como padrão de poder mundial por meio da colonização da América. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 21, n. 3, p. 577-596, jul./set. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/inter/a/wbtt55LdndtrwfkvRN5vqb/abstract/?lang=pt>.

MATURANA, H R.; REZEPKA, S. N. DE. Formação humana e capacitação. Tradução de Jaime A. Ed. 4. Petrópolis, RJ, **Editora Vozes**, 2003.

MIGNOLO, Walter D. The darker side of western modernity: Global futures, decolonial options. **Durham: Duke University Press**, 2011.

MINAYO, M. C. DE S. et. al. Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. **Editora Vozes**, 21ª Edição. Petrópolis, 2002. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>

MIRANDA, E. B. DE; et al. Bem Viver, Conhecimento Tradicional e Conhecimento Ecológico Local. **Revista REGEO**, São José dos Pinhais, v.16, n.4, Edição Especial, p.1-25. Disponível em: <https://revistageo.com.br/revista/article/view/708>

MORICONI, Lucimara Valdambri. Pertencimento e identidade. **Trabalho de conclusão do curso** de Licenciatura Plena em Pedagogia da Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, SP:[sn], 2014. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=513111&tipoMidia=0>.

MOUTINHO-DA-COSTA, L. Territorialidade e racismo ambiental: elementos para se pensar a educação ambiental crítica em unidades de conservação. **Pesquisa em Educação Ambiental**, vol. 6, n. 1, p. 101-122, 2011.

MUNSBURG, J. A. S.; FUCHS, H. L.; SILVA, G. F. DA. O currículo decolonial: da reflexão à prática intercultural. **Religare**, v.16, n.2, dezembro de 2019, p.593-614. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/110403003/29312.pdf>

PORTO, J. R. L.; CHELALA, C.; ANDRADE, E. B. DE. O pensamentos ambiental e as modalidades de Unidades de Conservação no Amapá. **OLAM Ciência & Tecnologia**, Rio Claro, Vol. 8, No.2, p. 80, 2008. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/article/view/1494/1281>

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad do poder, eurocentrismo e América Latina. **Boletim do Museu do Mar**, n. 1, p. 117-142, 2000.

RABELO, B, V; et. al. Laranjal do Jari: realidades que devem ser conhecidas. Governo do Estado do Amapá. **Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia - SETEC**. Macapá, 2004. Disponível em: <http://www.iepa.ap.gov.br/biblioteca/publicacoes/laranjal-do-jari-web.pdf>.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: **Ática**, 1993.

SANTOS, A. B. DOS. A terra dá, a terra quer. **UBU Editora**, São Paulo, 2023.

WEISSMANN, Lisette. Multiculturalidade, transculturalidade, interculturalidade. **Construção psicopedagógica**, v. 26, n. 27, p. 21-36, 2018. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542018000100004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

WERÁ, K. Tekoá: uma arte milenar indígena para o Bem-Viver. **Editora BestSeller**, 1ª Edição. Rio de Janeiro, 2024